



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

ARETUZA BITTENCOURT FERREIRA

A AVALIAÇÃO DA BUSCA ATIVA ESCOLAR E A INTERSETORIALIDADE NO
COMBATE À EVASÃO E AO ABANDONO PÓS-PANDEMIA: VOZES DOCENTES
EM AQUIRAZ-CE

FORTALEZA

2025

ARETUZA BITTENCOURT FERREIRA

A AVALIAÇÃO DA BUSCA ATIVA ESCOLAR E A INTERSETORIALIDADE NO
COMBATE À EVASÃO E AO ABANDONO PÓS-PANDEMIA: VOZES DOCENTES EM
AQUIRAZ-CE

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Avaliação de Políticas
Públicas da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre. Área de concentração: Avaliação de
políticas públicas.

Orientador: Ruy de Deus e Mello Neto

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F439a Ferreira, Aretuza Bittencourt.

A avaliação da Busca Ativa Escolar e a intersectorialidade no combate à evasão e ao abandono pós-pandemia: vozes docentes em Aquiraz-CE / Aretuza Bittencourt Ferreira. – 2025.
76 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Ruy de Deus e Mello Neto.

1. Busca Ativa Escolar. 2. Intersectorialidade. 3. Evasão escolar. 4. Aquiraz. I. Título.

CDD 378

ARETUZA BITTENCOURT FERREIRA

A AVALIAÇÃO DA BUSCA ATIVA ESCOLAR E A INTERSETORIALIDADE NO
COMBATE À EVASÃO E AO ABANDONO PÓS-PANDEMIA: VOZES DOCENTES EM
AQUIRAZ-CE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Aprovada em: 28/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ruy de Deus e Mello Neto (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. David Moreno Montenegro
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Daiane de Oliveira Tavares
Universidade Estadual Vale do Acaraú

AGRADECIMENTOS

A jornada até aqui foi marcada por desafios, aprendizados e parcerias fundamentais. Por isso, deixo registrados meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte de força e inspiração, por me sustentar em todos os momentos desta caminhada.

Ao meu orientador, Professor Dr. Ruy de Deus, expresso minha profunda gratidão pela orientação segura, pelas contribuições valiosas e pela confiança depositada em meu trabalho. Sua escuta atenta, suas provocações teóricas e sua dedicação foram essenciais para o amadurecimento desta pesquisa.

Estendo meu reconhecimento a todos os professores e colaboradores que contribuíram para a minha aprendizagem, cujos saberes e experiências contribuíram decisivamente para a construção desta trajetória. Em especial àqueles que fizeram parte das bancas pelas quais fui submetida nessa jornada.

A realização desta titulação também foi possível graças à oportunidade concedida pela Secretaria Municipal de Aquiraz (SMA), que viabilizou minha participação no mestrado e reconheceu a importância da qualificação profissional como instrumento de transformação social. À Secretaria de Educação do município de Aquiraz, minha gratidão pela colaboração com a pesquisa e pela abertura ao diálogo, especialmente a alguns professores e gestores que gentilmente compartilharam suas vivências e percepções.

Aos meus pais, meu exemplo de dedicação e perseverança, agradeço pelo apoio incondicional e pelas raízes firmes que sustentam minhas escolhas.

À minha família, em especial ao meu esposo, que compreendeu minha ausência e caminhou ao meu lado mesmo nos momentos mais difíceis, e às minhas filhas, que foram fonte constante de incentivo e amor e que me motivaram a continuar e a concluir esta etapa mesmo diante do cansaço. Este título também é de vocês, minhas filhas queridas!

“A escola precisa se reinventar para dialogar com os sujeitos que nela ingressam, caso contrário, será apenas mais uma experiência de exclusão.” (FREIRE, 1996, p. 72).

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar a eficácia da intersetorialidade no programa Busca Ativa Escolar no combate à evasão e ao abandono escolar no município de Aquiraz-CE, sob a ótica dos professores do ensino fundamental – anos finais. A partir do contexto pós-pandêmico, buscou-se compreender como a articulação (ou a ausência dela) entre os setores da educação, saúde e assistência social influencia a permanência dos alunos nas escolas, especialmente diante das adversidades ampliadas pela pandemia da COVID-19. A investigação considerou a relevância da colaboração multiprofissional prevista na Lei nº 13.935/2019, ainda não plenamente efetivada no município. A dissertação foi desenvolvida por meio de uma abordagem quali-quantitativa, utilizando como procedimentos metodológicos a análise documental, questionários com professores e entrevistas semiestruturadas com gestores escolares. Os dados obtidos por meio das plataformas INEP, e-SAGE e Busca Ativa Escolar (SMA) foram analisados à luz da análise de conteúdo. Os resultados revelaram que, embora a plataforma Busca Ativa Escolar esteja implementada em Aquiraz desde seu lançamento, ainda há fragilidades na formalização e na prática efetiva da intersetorialidade. Essa ausência compromete o alcance dos objetivos do programa, especialmente em áreas rurais e vulneráveis, onde os fatores de exclusão escolar extrapolam o campo pedagógico. A análise das percepções dos professores evidenciou a importância de sua participação ativa na identificação dos estudantes em risco e reforçou a necessidade de uma rede de apoio estruturada para assegurar o direito à educação. Os docentes, ao lidarem diretamente com as consequências do abandono e evasão, destacaram a urgência de estratégias que envolvam profissionais das áreas da psicologia e do serviço social no ambiente escolar, promovendo um suporte mais integral aos alunos e suas famílias. Conclui-se que o fortalecimento da intersetorialidade é essencial para superar os desafios impostos pelo contexto pandêmico e para consolidar políticas públicas voltadas à inclusão educacional. A partir da experiência local, a pesquisa contribui para o debate sobre a efetividade da Busca Ativa Escolar como ferramenta estratégica na garantia do direito à educação, ressaltando a centralidade do trabalho colaborativo entre os setores e a valorização do saber docente no enfrentamento da exclusão escolar.

Palavras-chave: busca ativa escolar; intersetorialidade; evasão escolar, Aquiraz.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the effectiveness of intersectoral collaboration in the Busca Ativa Escolar program in combating school dropout and abandonment in the city of Aquiraz-CE, from the perspective of elementary school teachers – final years. Based on the post-pandemic context, we sought to understand how the articulation (or lack thereof) between the education, health and social assistance sectors influences students' permanence in schools, especially in the face of the adversities increased by the COVID-19 pandemic. The investigation considered the relevance of multidisciplinary collaboration provided for in Law No. 13.935/2019, which has not yet been fully implemented in the city. The dissertation was developed through a qualitative-quantitative approach, using documentary analysis, questionnaires with teachers and semi-structured interviews with school managers as methodological procedures. The data obtained through the INEP, e-SAGE and Busca Ativa Escolar (SMA) platforms were analyzed in light of content analysis. The results revealed that, although the Busca Ativa Escolar platform has been implemented in Aquiraz since its launch, there are still weaknesses in the formalization and effective practice of intersectoral collaboration. This absence compromises the achievement of the program's objectives, especially in rural and vulnerable areas, where the factors of school exclusion go beyond the pedagogical field. The analysis of teachers' perceptions highlighted the importance of their active participation in identifying students at risk and reinforced the need for a structured support network to ensure the right to education. When dealing directly with the consequences of dropout and evasion, teachers highlighted the urgency of strategies that involve professionals from the areas of psychology and social work in the school environment, promoting more comprehensive support for students and their families. It is concluded that strengthening intersectoral collaboration is essential to overcome the challenges imposed by the pandemic context and to consolidate public policies aimed at educational inclusion. Based on local experience, the research contributes to the debate on the effectiveness of Active School Search as a strategic tool in guaranteeing the right to education, highlighting the centrality of collaborative work between sectors and the appreciation of teaching knowledge in tackling school exclusion.

Keywords: school active search; intersectorality; school dropout; Aquiraz.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	—	Principais motivos de abandono escolar em Aquiraz - Busca Ativa	47
Gráfico 2	—	Principais motivos de abandono escolar no Brasil - Busca Ativa	48
Gráfico 3	—	Faltas versus motivos de fevereiro a novembro de 2024 - Censo de Frequência	48
Gráfico 4	—	Desinteresse pelos estudos ou pela escola como motivo de faltas em três escolas de Aquiraz	50
Gráfico 5	—	Número total de faltas das séries do 6º ao 9º ano em três escolas de Aquiraz em 2024	51
Gráfico 6	—	Taxas de abandono ensino fundamental 6º ao 9º ano rede municipal em Aquiraz na localidade rural (2023)	52
Gráfico 7	—	Taxas de abandono ensino fundamental 6º ao 9º ano rede municipal em Aquiraz na localidade rural (2023)	52
Gráfico 8	—	Taxas de abandono ensino fundamental anos finais rede municipal no período de 2014 a 2023 em Fortaleza	54
Gráfico 9	—	Taxas de abandono anos finais no Brasil de 2018 a 2023	54
Gráfico 10	—	Taxas de abandono dos anos finais no Brasil em 2024	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	—	Informações acerca dos sujeitos da pesquisa	43
----------	---	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BAE	Busca Ativa Escolar
CF	Constituição Federal
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PSE	Programa Saúde na Escola
SMA	Secretaria Municipal de Aquiraz
SME	Secretaria Municipal da Educação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	Evasão e abandono escolar	16
2.1.1	<i>Impactos da evasão e do abandono escolar</i>	<i>17</i>
2.1.2	<i>Impacto Socioeconômico da Evasão Escolar</i>	<i>18</i>
2.1.3	<i>Perspectiva da evasão e abandono escolar diante pandemia do covid-19 nas desigualdades educacionais</i>	<i>19</i>
2.1.4	<i>Instrumento de inovação na prática da prevenção da evasão e abandono escolar: Tecnologia e Inovação na Prevenção da Evasão Escolar</i>	<i>20</i>
3	A BUSCA ATIVA ESCOLAR: TRAJETÓRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA	21
3.1	Marcos legais importantes, que orientam e fundamentam a Busca Ativa Escolar no combate à evasão escolar	23
3.2	A dinâmica da busca ativa escolar	24
3.3	Estrutura da plataforma da Busca Ativa em 2023	25
3.4	A Busca ativa no Brasil – Conceito e Objetivos da Busca Ativa Escolar no Brasil	26
3.5	O Programa Busca Ativa Escolar em Fortaleza-CE	28
3.6	A Busca Ativa Escolar em Aquiraz	29
3.7	Intersetorialidade: Estratégia de enfrentamento ao abandono e evasão escolar	30
3.7.1	<i>A Intersetorialidade no Combate à Evasão Escolar no Pós-Pandemia</i>	<i>31</i>
3.7.2	<i>A intersetorialidade conectada aos Fundamentos da Lei nº 13935/2019 ..</i>	<i>33</i>

3.7.3	<i>Instrumentos de avaliação da reintegração escolar</i>	35
4	PANORAMA ATUAL DA EVASÃO NO BRASIL E EM AQUIRAZ ..	35
4.1	Procedimento de obtenção de dados secundários	37
4.2	Indicadores Educacionais da evasão e abandono escolar em Aquiraz	38
5	PERCURSO METODOLÓGICO DO TRABALHO DE CAMPO	40
5.1	Abordagem da metodologia	40
5.2	A escolha dos sujeitos da pesquisa	41
5.3	Viabilidade da escolha do locus da pesquisa e do período	44
5.4	Delineamento da pesquisa	45
5.5	Procedimento de coleta de dados da pesquisa de campo	45
6	ANÁLISE DE DADOS E DE CONTEÚDO	46
7	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	60
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE A - PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES	73
	APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA PARA GESTORES EDUCACIONAIS	75
	ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO DE DADOS	76

1 INTRODUÇÃO

A Busca Ativa surgiu como uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria, lançado em 2011 pelo Governo Federal, com o objetivo de reduzir a pobreza no país (Brasil, 2011). Inicialmente, a ação priorizava a inclusão de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, promovendo o acesso a direitos por meio da articulação entre políticas públicas. Essa proposta, durante o governo Dilma Rousseff (2011–2015), visava integrar ações voltadas à população em situação de vulnerabilidade (Amaral, 2014).

Em 2017, foi oficialmente lançada em Brasília a plataforma Busca Ativa Escolar, uma iniciativa do UNICEF em parceria com a Undime, com apoio do CONGEMAS e do CONASEMS (UNICEF, 2020). A plataforma adota um modelo de atuação colaborativa entre os setores de educação, saúde e assistência social, visando identificar e reintegrar estudantes em risco de evasão. Amparada em marcos legais como a Constituição Federal, o ECA, a PNAS, o SUAS e a Lei nº 13.935/2019, a metodologia busca construir uma rede de proteção eficaz para assegurar o direito à educação.

Nesse processo, destaca-se o papel da mobilização social, que envolve comunidades, escolas, conselhos municipais e organizações da sociedade civil, com o intuito de promover ações conjuntas e eficazes (Busca Ativa Escolar, 2023). A importância dessa atuação integrada é ressaltada por Silva (2021), ao afirmar que a abordagem multisetorial amplia a capacidade de enfrentamento das causas da exclusão escolar, ao permitir respostas mais amplas e coordenadas. Ainda assim, segundo a UNDIME (2021), persistem desafios, como a desarticulação entre os setores e a ausência de estratégias uniformes entre estados e municípios, o que dificulta a efetividade das ações, especialmente diante de crises como a pandemia de COVID-19.

Durante o período pandêmico (2020–2023), o sistema educacional brasileiro enfrentou cortes orçamentários, descontinuidade de políticas e desigualdade no acesso à tecnologia para o ensino remoto. Essas limitações impactaram diretamente estudantes em situação de vulnerabilidade, acentuando os índices de abandono escolar (Carvalho & Lima, 2021; CNTE, 2021). A interrupção do ensino presencial e o agravamento das fragilidades sociais tornaram urgente a reestruturação das estratégias de permanência escolar, sobretudo com foco no apoio às famílias e no fortalecimento dos vínculos com a escola.

No município de Fortaleza-CE, observou-se a implementação de ações intersetoriais mais consolidadas, como o Pacote Volta às Aulas e o uso de ferramentas digitais da plataforma Busca Ativa Escolar. As iniciativas envolveram o acompanhamento

individualizado dos alunos e campanhas de conscientização nas comunidades, promovendo maior integração entre os setores e potencializando os resultados da política pública (UNICEF, 2021; Prefeitura de Fortaleza, 2020). Embora ainda enfrente obstáculos, essa experiência demonstra o potencial da articulação institucional para garantir o direito à educação no cenário pós-crise.

Em Aquiraz-CE, município da Região Metropolitana de Fortaleza, a realidade é marcada por contrastes sociais e econômicos. Apesar de possuir uma economia aquecida pelo turismo e pela agricultura, muitas comunidades permanecem em situação de vulnerabilidade, especialmente em áreas rurais. O município conta com 53 unidades educacionais, das quais três foram selecionadas para compor a amostra da pesquisa, abrangendo contextos urbano e rural. Desde sua adesão à plataforma Busca Ativa Escolar, Aquiraz desenvolveu ações como visitas domiciliares e alimentação da base de dados; porém, durante a pandemia, tais medidas foram enfraquecidas pelas restrições sanitárias. Conforme dados do aplicativo e-SAGE, o município ainda enfrenta barreiras estruturais e institucionais que dificultam a permanência escolar, sobretudo por não ter formalizado a adoção plena da intersectorialidade, conforme previsto em lei.

A ausência de uma articulação efetiva entre educação, saúde e assistência social pode limitar o impacto das ações locais no enfrentamento da evasão e do abandono escolar. Ainda não há clareza sobre os efeitos da implementação da Lei nº 13.935/2019, que determina a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. Para que essa política tenha êxito, é necessário o compromisso articulado entre os setores, com planejamento, formação e recursos adequados.

Este estudo, portanto, tem como foco geral a investigação da atuação da Busca Ativa Escolar em Aquiraz, sob o ponto de vista da articulação intersectorial, especialmente no cenário pós-pandêmico. A proposta é compreender em que medida essa articulação tem sido efetiva e como pode ser aprimorada. Ao considerar a voz dos professores, que lidam diretamente com os reflexos da exclusão escolar, o estudo buscou evidenciar suas percepções sobre os limites e possibilidades da política pública em vigor. Especificamente, buscou-se: 1) analisar as percepções dos professores do ensino fundamental dos anos finais sobre as causas da evasão e do abandono escolar no cenário pós-pandêmico no município de Aquiraz; 2) investigar como os docentes compreendem a atuação do programa Busca Ativa Escolar e a articulação entre os setores de educação, saúde e assistência social no enfrentamento à exclusão escolar; e 3) avaliar os limites e as potencialidades da intersectorialidade, a partir da

experiência local, como estratégia para garantir a permanência dos estudantes na escola e efetivar o direito à educação.

Com mais de 15 anos de atuação no ensino fundamental do município, a autora do trabalho vivenciou diferentes contextos escolares, especialmente durante e após a pandemia, percebendo o crescimento de comportamentos como o desinteresse, a constante ausência escolar e o desequilíbrio emocional entre os alunos. Tais fatores, associados à carência de apoio multiprofissional, motivaram a escolha do tema. Diante disso, tornou-se imprescindível refletir sobre a importância de estratégias interdisciplinares que promovam um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, voltado à permanência e ao sucesso escolar.

Consoante a isso, de forma mais específica, almejou-se analisar os dados oficiais da Busca Ativa Escolar do município de Aquiraz, referentes aos anos de 2023 e 2024, com foco nos índices e nos principais fatores que contribuíram para a evasão e o abandono escolar. Além disso, objetivou-se avaliar a percepção dos docentes sobre a importância da intersetorialidade para a permanência dos alunos na escola, explorando como o envolvimento dos professores no programa pode auxiliar na identificação e prevenção da evasão. Também se buscou investigar os motivos que levaram o município de Aquiraz a ainda não ter aderido completamente à estratégia da colaboração multiprofissional no campo da educação de forma efetiva.

Em face do exposto, a pesquisa partiu de uma análise bibliográfica e de uma metodologia de análise de conteúdo, buscando trabalhos científicos em bibliotecas eletrônicas como SciELO, Google Acadêmico e periódicos, onde foram encontrados estudos que apresentaram semelhança com a temática abordada. Procurou-se evidenciar a importância da intersetorialidade como estratégia da Busca Ativa no momento pós-pandêmico, considerando causas e efeitos relacionados à evasão escolar. Diante do mapeamento e levantamento bibliográfico, foram selecionados os autores mais próximos da linha de pesquisa, como: Máximo; Magalhães Júnior (2022); Machado (2021); Oliveira e Pereira Júnior (2020); Minayo (2010); Barbosa (2015); Andrade; Gonçalves (2021); Martínez (2021) e Dayrell (2007).

Além disso, foi realizada uma análise documental com base nos dados do portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (www.gov.br), no Censo de Frequência do município de Aquiraz (SMA), no aplicativo e-SAGE do município e na plataforma da Busca Ativa Escolar (SMA), com o intuito de obter dados quantitativos que embasassem a abordagem qualitativa. Conforme Denzin e Lincoln (2006), a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas é fundamental para fornecer

uma compreensão abrangente e detalhada dos fenômenos, permitindo que dados subjetivos e objetivos se complementem na análise.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de questionários online e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos na investigação, com o objetivo de captar as percepções dos docentes e o posicionamento dos gestores sobre o impacto das políticas públicas, especialmente o programa Busca Ativa Escolar, no município de Aquiraz – localidade escolhida como locus da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas, segundo Triviños (1987, p. 146), permitem uma aproximação mais rica com o entrevistado, “captando a complexidade das percepções e sentimentos”.

Apresenta-se como uma pesquisa quali-quantitativa e exploratória que, segundo Gil (2002, p. 41), tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, o que é fundamental para a compreensão do fenômeno da evasão escolar. Foi realizada uma análise de conteúdo para a posterior determinação das causas e efeitos da evasão escolar no contexto pós-pandêmico, com o objetivo de identificar os fatores determinantes para o sucesso da pesquisa. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), é uma metodologia eficaz para investigar fenômenos complexos, permitindo a identificação de padrões e categorias que ajudam a compreender a realidade em estudo.

Assim, este estudo partiu de três questões norteadoras: em que medida a atuação intersetorial contribui para o enfrentamento da evasão e do abandono escolar no ensino fundamental em Aquiraz no período pós-pandêmico? Quais fatores socioeconômicos, emocionais e estruturais mais influenciam o afastamento dos estudantes da escola e como esses podem ser mitigados por ações intersetoriais? E como o programa Busca Ativa Escolar, aliado à implementação da Lei nº 13.935/2019, tem sido aplicado em Aquiraz, e quais são seus impactos e limitações na prevenção da evasão escolar?

A partir dessas indagações, construiu-se o percurso metodológico da pesquisa, que alia dados quantitativos e qualitativos para oferecer uma análise crítica e contextualizada do fenômeno, contribuindo para a formulação de estratégias mais eficazes e integradas de combate à evasão escolar. Em virtude do exposto, o trabalho organizou-se em cinco seções, começando pela introdução, que apresenta o objeto da pesquisa, a contextualização do tema, o envolvimento da pesquisadora, a justificativa, a problematização, os objetivos geral e específicos, seguida pela indicação da referência teórica e da metodologia utilizada. Em seguida, foram apresentadas a análise dos dados e a discussão dos resultados, culminando nas considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Evasão e Abandono Escolar

A evasão e o abandono escolar são fenômenos complexos e interdependentes que comprometem significativamente o desenvolvimento educacional e social de crianças e adolescentes no Brasil. Trata-se de uma problemática multifacetada que demanda uma análise profunda das causas que a originam e das políticas públicas voltadas à sua prevenção. Compreender os fatores que levam à ruptura dos vínculos escolares é fundamental para a formulação de estratégias eficazes de enfrentamento, sobretudo aquelas que envolvem a atuação intersetorial, como propõe a política da Busca Ativa Escolar.

Dentre as principais causas da evasão e do abandono escolar no ensino fundamental, destaca-se a vulnerabilidade socioeconômica, apontada como uma das maiores barreiras ao acesso e à permanência na escola. Segundo o relatório do UNICEF (2017), a pobreza e a desigualdade social obrigam muitas crianças e adolescentes a deixarem os estudos para ingressar precocemente no mercado de trabalho e contribuir com o sustento familiar. Essa realidade é reforçada pela plataforma Busca Ativa Escolar, que destaca o trabalho infantil, a instabilidade econômica e a insegurança alimentar como fatores diretamente associados ao desligamento escolar (Oliveira; Nóbrega, 2023).

O ambiente familiar também exerce um papel crucial nesse contexto. Famílias desestruturadas, expostas à violência doméstica, à negligência afetiva e à ausência de apoio emocional e acadêmico criam um cenário adverso à continuidade dos estudos. Soares (2012) enfatiza que a falta de um ambiente familiar minimamente estável contribui para que a escola deixe de ser uma prioridade, comprometendo o engajamento e o rendimento dos estudantes. Soma-se a isso o impacto de problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais, que interferem diretamente na frequência e no desempenho escolar. Crianças e adolescentes com condições de saúde fragilizadas tendem a apresentar altos índices de absenteísmo, o que compromete seu processo de aprendizagem e aumenta o risco de abandono (Programa Saúde na Escola, 2007).

Outro fator estrutural relevante é a qualidade da educação ofertada. A precariedade das condições das escolas públicas, refletida na falta de infraestrutura adequada, na escassez de materiais pedagógicos e na insuficiente formação dos profissionais da educação, constitui um elemento que aprofunda a evasão escolar, especialmente entre os estudantes em situação de vulnerabilidade social. Como afirma Menezes (2010), a insatisfação com a escola, muitas vezes causada pela ausência de qualidade no ensino, leva os alunos a abandonarem seus estudos. Dourado (2010) complementa ao destacar que o

desinteresse e o sentimento de exclusão gerados por ambientes escolares pouco acolhedores contribuem para a descontinuidade dos percursos escolares.

A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais esse cenário. Conforme relatam Silva e Almeida (2022), o fechamento prolongado das escolas e a ausência de políticas eficazes de mitigação dos efeitos da crise sanitária interromperam a trajetória educacional de milhares de estudantes. Os dados da Plataforma da Busca Ativa Escolar e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) evidenciam o aumento expressivo dos índices de evasão e abandono escolar, assim como a ampliação das desigualdades educacionais no período pós-pandêmico. Dias e Ramos (2022) alertam que o cenário educacional tornou-se mais crítico, exigindo respostas urgentes e intersetoriais.

Nesse sentido, a intersetorialidade proposta pela Busca Ativa Escolar revela-se como uma estratégia promissora. Ao integrar os setores da educação, saúde, assistência social e outras políticas públicas, essa abordagem permite a identificação precoce das situações de risco e a promoção de ações articuladas para garantir o retorno e a permanência dos estudantes na escola. Como defendem Wanderley e Martinelli (2020), a intersetorialidade fortalece a eficácia das políticas públicas ao permitir uma atuação mais abrangente, integrada e sensível às múltiplas dimensões da exclusão escolar.

2.1.1 Impactos da Evasão e do Abandono Escolar

Os impactos da evasão e do abandono escolar transcendem os limites da escola e refletem-se de maneira profunda no desenvolvimento individual, social e econômico. Esses fenômenos interrompem o processo educacional e comprometem a formação integral dos estudantes, resultando em consequências duradouras tanto para os indivíduos quanto para a coletividade.

Em termos individuais, a saída precoce da escola limita o acesso à qualificação profissional e às oportunidades no mercado de trabalho. A baixa escolarização reduz o potencial de renda e expõe os jovens a situações de vulnerabilidade social. De acordo com Murray (2009), a evasão escolar está associada a maiores índices de envolvimento em atividades ilícitas, uso de substâncias psicoativas e comportamentos de risco, agravando os desafios enfrentados por essa população. Além dos prejuízos econômicos, a evasão pode desencadear efeitos psicológicos negativos, como sentimentos de fracasso, baixa autoestima e dificuldades de inserção social.

No plano coletivo, a evasão escolar contribui para a perpetuação do ciclo da pobreza e para o agravamento das desigualdades sociais. A educação, nesse contexto, é

reconhecida como um dos principais instrumentos de promoção da equidade e do desenvolvimento humano. Barro (2001) destaca que o acesso à educação é essencial para a redução das disparidades socioeconômicas. Assim, o abandono escolar representa uma barreira à justiça social e ao progresso coletivo.

Adicionalmente, os custos gerados pela evasão escolar para o Estado são expressivos. O aumento da demanda por programas de assistência social, serviços de saúde pública e medidas de segurança é uma consequência direta da exclusão educacional. Como aponta o relatório do Governo Federal (Brasil, 2018), a evasão representa um peso financeiro para o poder público, que precisa compensar os efeitos de uma política educacional falha ou insuficiente.

Portanto, os impactos da evasão e do abandono escolar revelam a urgência da adoção de estratégias preventivas e integradas. A Busca Ativa Escolar, ao propor uma abordagem intersetorial, fortalece a capacidade das redes públicas de educação em identificar, acolher e reintegrar os estudantes em situação de risco. A construção de políticas públicas mais eficazes passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos efeitos amplos da exclusão escolar e pela articulação entre diferentes áreas do poder público, com foco na garantia do direito à educação para todos.

2.1.2 Impacto Socioeconômico da Evasão Escolar

A evasão escolar representa um desafio que vai além dos muros da escola, com implicações que se estendem ao campo social e econômico. A trajetória de estudantes que deixam os estudos precocemente pode, em muitos casos, refletir-se em limitações no acesso a oportunidades profissionais e na inserção no mercado de trabalho. Com menos escolaridade, as chances de alcançar rendimentos estáveis e condições de vida dignas tornam-se mais restritas.

Além disso, estudos e levantamentos institucionais vêm apontando correlações preocupantes entre baixos níveis de escolarização e situações de vulnerabilidade social, incluindo a maior incidência de envolvimento com a criminalidade. Dados recentes do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), referentes ao estado do Ceará no primeiro semestre de 2024, revelam que uma parte expressiva da população carcerária possui escolaridade inferior ao ensino médio completo. Notadamente, mais de 8.600 pessoas privadas de liberdade naquele período declararam ter interrompido os estudos ainda no ensino fundamental.

Esses dados não devem ser interpretados de forma determinista, mas indicam a urgência de políticas públicas que valorizem a permanência dos jovens na escola. O fortalecimento de estratégias de prevenção à evasão, associadas a uma educação mais inclusiva e conectada às realidades dos estudantes, pode contribuir significativamente para a construção de trajetórias de vida mais promissoras, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo.

As desigualdades socioeconômicas desempenham um papel significativo nas taxas de evasão escolar, evidenciando como a pobreza e a exclusão social contribuem para o abandono educacional (Santos; Lopes, 2018). Estudantes de famílias de baixa renda enfrentam barreiras significativas que dificultam a continuidade escolar, como a necessidade de trabalho infantil e a falta de recursos adequados para o aprendizado. Essas condições acentuam as disparidades educacionais e perpetuam um ciclo de pobreza e exclusão (Moura; Ribeiro, 2020).

Por conseguinte, as políticas de inclusão social são fundamentais para complementar as iniciativas educacionais e reduzir a evasão escolar, promovendo a equidade e a justiça social (Fernandes, 2021). A integração de políticas que abordem as desigualdades socioeconômicas pode oferecer suporte adicional às famílias e melhorar a acessibilidade e a qualidade da educação, facilitando a permanência dos estudantes nas escolas e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1.3 Perspectiva da evasão e abandono escolar diante pandemia do covid-19 nas desigualdades educacionais

A evasão e o abandono escolar representam desafios persistentes no cenário educacional brasileiro, especialmente na rede pública, e, como já foi citado, com impactos que alcançam dimensões sociais e econômicas mais amplas. Esses fenômenos tornaram-se ainda mais críticos durante e após a pandemia da COVID-19, evidenciando e aprofundando desigualdades históricas no acesso, na permanência e na aprendizagem de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Muitos desses alunos foram excluídos dos processos formais de ensino, o que compromete não apenas seu desenvolvimento educacional, mas também suas possibilidades futuras de inserção no mundo do trabalho e de mobilidade social. Como destaca Oliveira (2021), a evasão escolar compromete o potencial de desenvolvimento econômico e social do país ao restringir o acesso de jovens a oportunidades qualificadas, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

Nas escolas públicas, a ausência de políticas eficazes para conter o abandono escolar é agravada por dificuldades estruturais e contextuais, como a escassez de recursos, a sobrecarga do ambiente escolar e a falta de profissionais qualificados. Lima e Souza (2022) observam que os estudantes em risco de evasão geralmente enfrentam condições emocionais e socioeconômicas desfavoráveis — como baixa renda, instabilidade familiar e questões de saúde mental —, que os colocam em posição de maior vulnerabilidade frente ao fracasso ou à desistência escolar. Nesse contexto, as instituições muitas vezes não conseguem garantir o suporte necessário para fortalecer o vínculo entre o aluno e a escola.

A pandemia de COVID-19 agravou esse cenário ao interromper as aulas presenciais e exigir, de forma emergencial, a adoção de modalidades remotas. Essa transição, no entanto, revelou profundas desigualdades no acesso à tecnologia e à conectividade, especialmente entre os estudantes das regiões mais pobres, ampliando a exclusão digital e criando novas barreiras à aprendizagem. Conforme analisa Carvalho (2021), além de intensificar os índices de evasão escolar, a pandemia escancarou a fragilidade das políticas públicas educacionais diante de crises, reforçando a necessidade de respostas coordenadas e efetivas.

Nesse contexto, a intersetorialidade pode configurar-se como uma abordagem estratégica para enfrentar os efeitos da evasão e do abandono escolar, ao promover a articulação entre setores como educação, saúde, assistência social e proteção à infância. Para Silva (2022), políticas públicas integradas e intersetoriais podem oferecer respostas mais efetivas às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade, contribuindo para sua permanência e sucesso escolar.

Diante disso, é evidente que a pandemia não apenas acentuou as desigualdades educacionais existentes, como também revelou a urgência de políticas estruturadas que combinem inclusão digital, acolhimento psicossocial e articulação entre setores. Sem esse compromisso coletivo, o sistema educacional corre o risco de aprofundar ainda mais as desigualdades, comprometendo o direito fundamental à educação e o futuro de milhares de crianças e adolescentes em todo o país.

2.1.4 Instrumento de inovação a prática da prevenção da evasão e abandono escolar: Tecnologia e Inovação na Prevenção da Evasão Escolar

A utilização de tecnologia e inovação desempenhou um papel imprescindível durante o período pandêmico na prevenção da evasão escolar e na promoção da continuidade educacional. No contexto pós-pandemia, as tecnologias educacionais continuam se mostrando

ferramentas valiosas para aprimorar o ensino e a aprendizagem, além de contribuírem significativamente para a retenção dos alunos. Tecnologias como plataformas de gestão escolar e aplicativos de comunicação entre escolas e famílias são fundamentais para o acompanhamento da frequência e do engajamento dos estudantes.

Além disso, soluções inovadoras têm sido desenvolvidas para aprimorar a busca ativa e monitorar a presença escolar. Sistemas de gestão escolar, por exemplo, permitem uma visualização detalhada das taxas de frequência e possibilitam intervenções direcionadas (Anderson, 2017).

Aplicativos que facilitam a comunicação entre a escola e a família também têm demonstrado eficácia na manutenção do vínculo, ao manter os responsáveis informados sobre o desempenho e a frequência dos alunos, promovendo maior envolvimento e apoio ao processo educativo. Plataformas de aprendizagem online, por sua vez, oferecem recursos adicionais para apoiar o aprendizado dos alunos — especialmente daqueles em situações de vulnerabilidade — ao fornecer acesso a materiais educacionais e suporte acadêmico (Wang por Chen, 2019).

A avaliação do impacto dessas tecnologias e inovações é essencial para garantir que suas implementações resultem em melhorias significativas na retenção escolar. Medir a eficácia de tais ferramentas envolve analisar dados sobre a frequência dos alunos, a qualidade da aprendizagem e a participação dos pais. A constante avaliação e o ajuste dessas ferramentas são fundamentais para maximizar seus benefícios e assegurar que atendam às necessidades específicas dos estudantes e das comunidades escolares.

3 A BUSCA ATIVA ESCOLAR: TRAJETÓRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

A Busca Ativa Escolar configura-se como uma política pública estratégica voltada para a identificação, acompanhamento e reintegração de crianças e adolescentes em situação de evasão ou abandono escolar. Instituída como uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e outras organizações governamentais e não governamentais, a Busca Ativa Escolar adota uma abordagem intersetorial para enfrentar um dos principais desafios da educação no Brasil: garantir a permanência dos estudantes no sistema de ensino e prevenir a exclusão educacional.

Essa política se baseia em uma metodologia colaborativa, na qual diferentes setores — como educação, saúde, assistência social e conselhos tutelares — trabalham em conjunto para identificar e abordar as causas que levam à evasão e ao abandono escolar.

Conforme descrito pelo UNICEF (2020), a plataforma Busca Ativa Escolar funciona como um sistema de alerta que permite aos municípios monitorar e mapear, de forma estruturada, os estudantes em risco.

O processo de atuação da Busca Ativa Escolar envolve agentes comunitários capacitados que identificam as ausências escolares, realizam diagnósticos situacionais e contribuem para a elaboração de estratégias de intervenção individualizadas. Essas ações visam não apenas o retorno do aluno à escola, mas também a garantia de sua permanência, respeitando sua realidade social e familiar. De acordo com Silva (2021), a abordagem intersetorial adotada por essa política é essencial, pois permite a construção de soluções integradas, capazes de considerar a multiplicidade de fatores que levam à ruptura do vínculo escolar. Ao otimizar recursos e ampliar o alcance das ações, a intersetorialidade reforça o papel do Estado na garantia do direito à educação.

No contexto da pandemia de COVID-19, a importância da Busca Ativa Escolar foi ainda mais evidenciada. O fechamento prolongado das escolas e a transição para o ensino remoto ampliaram as desigualdades e dificultaram o acesso à educação para muitos alunos. De acordo com Carvalho (2021), o programa tornou-se uma ferramenta crucial para evitar o aumento da evasão escolar no período pós-pandêmico, uma vez que facilitou a identificação de estudantes que perderam o vínculo com a escola durante o isolamento. Além disso, a metodologia da Busca Ativa Escolar permitiu um diagnóstico das situações de vulnerabilidade acentuadas pela pandemia, fornecendo dados essenciais para a formulação de políticas públicas que considerem a realidade das famílias afetadas.

A Busca Ativa Escolar, portanto, consolida-se como uma política de combate ao abandono escolar fundamentada em princípios de intersetorialidade e inclusão social. Ao promover uma ação articulada entre setores e um monitoramento contínuo, essa política contribui não apenas para a manutenção do vínculo escolar, mas também para a melhoria das condições de vida dos estudantes e de suas famílias (UNICEF, 2020). Segundo Saviani (2008), essa articulação é crucial para enfrentar os desafios da desigualdade educacional.

Assim, a Busca Ativa Escolar é mais do que uma simples iniciativa de reintegração educacional; ela representa uma resposta sistêmica e coordenada para garantir o direito fundamental à educação, reforçando o compromisso do Brasil com uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Esse compromisso exige que as políticas educacionais enfrentem os desafios estruturais e respondam de maneira eficaz às necessidades dos estudantes, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A continuidade e o fortalecimento dessa política pública são cruciais para o combate à evasão escolar e para a construção de um

sistema educacional que promova a equidade e a cidadania, pilares fundamentais da sociedade democrática.

3.1 Marcos legais importantes, que orientam e fundamentam a Busca Ativa Escolar no combate à evasão escolar

A Busca Ativa Escolar (BAE) é uma estratégia essencial no enfrentamento da evasão e do abandono escolar, alicerçada em um conjunto de marcos legais que asseguram o direito à educação e orientam políticas públicas para sua efetivação. O combate ao abandono escolar, principalmente em territórios socialmente vulneráveis, está amparado em legislações que definem a educação como um direito universal e dever do Estado e da família, o que proporciona base jurídica para intervenções intersetoriais.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) é um dos marcos primordiais, assegurando, no artigo 205, o direito à educação e estabelecendo, no artigo 208, o dever do Estado de garantir o acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, com vistas à universalização do acesso e à redução das desigualdades educacionais. Essa concepção é reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, que, em seus artigos 4º, 53 e 54, responsabiliza o poder público e a sociedade pela proteção dos direitos educacionais das crianças e adolescentes, garantindo, entre outros, o direito à permanência e ao sucesso escolar (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990).

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei 13.005/2014) define metas e estratégias para a inclusão educacional e a redução das desigualdades, incluindo a meta de erradicar o analfabetismo e universalizar o atendimento escolar para todas as crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos. Segundo Ferreira (2014), o PNE é uma ferramenta de gestão democrática que promove a inclusão escolar e a equidade.

Outro ponto de referência é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, que, em seus artigos 3º e 4º, estabelece princípios e responsabilidades para a garantia do acesso e da permanência na escola. A LDB define, ainda, a obrigatoriedade da educação básica, o que exige medidas contínuas de busca ativa e de enfrentamento das causas de evasão. Abramovay (2003) reforça que a intersetorialidade é uma ferramenta essencial para reduzir as barreiras ao acesso e à permanência escolar.

Além desses marcos nacionais, a Lei 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, destaca a importância de ações preventivas e intersetoriais para a proteção integral das crianças, especialmente em contextos de vulnerabilidade, recomendando a atuação integrada entre educação, assistência social e saúde. Segundo Santos e Kassouf

(2008), “a educação infantil é a base do desenvolvimento humano, e as políticas públicas que articulam diferentes setores podem combater, desde cedo, os fatores de exclusão escolar”. Nesse sentido, a Busca Ativa Escolar atua como uma prática preventiva e restauradora, identificando precocemente os riscos de abandono e fortalecendo o compromisso dos setores responsáveis pelo desenvolvimento infantil e juvenil.

Diante desse cenário, a Busca Ativa Escolar destaca-se como uma política de intervenção direta, amparada nos princípios da intersetorialidade e da integralidade do atendimento. Ao reunir os setores de saúde, educação, assistência social e conselho tutelar, o referido programa efetiva o compromisso legal de combater o abandono e garantir o direito à educação de forma equitativa. Como aponta Gohn (2014), a intersetorialidade é fundamental para a construção de políticas públicas eficazes, pois permite um diagnóstico mais preciso e intervenções coordenadas, atuando de forma a minimizar as vulnerabilidades que levam ao abandono.

Dessa forma, a Busca Ativa Escolar concretiza-se como uma política pública respaldada por um conjunto de legislações que asseguram o direito à educação e à permanência escolar, orientando práticas integradas para a prevenção do abandono. Essa convergência de esforços setoriais, amparada nos marcos legais, configura um sistema de proteção e inclusão educacional, onde a educação deixa de ser apenas um direito formal e passa a ser garantida na prática, por meio de uma gestão pública comprometida com o desenvolvimento social.

3.2 A dinâmica da busca ativa escolar

A Busca Ativa Escolar é uma política pública voltada para a superação da exclusão escolar, estruturada por meio de ações intersetoriais e tecnológicas que facilitam a identificação, reintegração e acompanhamento de crianças e adolescentes fora da escola. Como já foi relatado, foi desenvolvida pelo UNICEF, com outras parcerias, em busca de unir esforços entre diferentes setores do poder público e a sociedade para garantir o direito à educação, previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

O processo de adesão ao programa é responsabilidade dos prefeitos e governadores, que assumem o compromisso de implementar a Busca Ativa Escolar em seus territórios por meio do cadastro na plataforma oficial (www.buscaativaescolar.org.br). Esse ato simboliza o reconhecimento da importância de enfrentar a exclusão escolar e de mobilizar

os recursos necessários para isso. Conforme Cury (2002), a garantia do direito à educação exige compromissos institucionais, políticos e éticos que promovam a inclusão social.

A execução da Busca Ativa Escolar, por sua vez, depende da articulação entre diversas secretarias, como Educação, Saúde e Assistência Social, que compartilham responsabilidades e informações para garantir que cada criança seja alcançada. Essa intersectorialidade é essencial, como destaca Dourado (2009), problemas complexos como a exclusão escolar só podem ser enfrentados de forma eficaz por meio de políticas integradas e coordenadas entre diferentes áreas do governo. Essa colaboração permite não apenas o retorno à escola, mas também o acompanhamento contínuo das condições que favorecem a permanência dos estudantes.

No âmbito local, professores, gestores escolares, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde e técnicos verificadores são peças fundamentais para o sucesso da estratégia. Os professores, por exemplo, têm um papel essencial na identificação de alunos em risco de evasão, enquanto os agentes comunitários realizam visitas às famílias, coletam dados e oferecem suporte para a reintegração escolar. Segundo Freire (1996), a educação é um processo coletivo que exige a participação ativa de todos os envolvidos para promover a transformação social.

A plataforma tecnológica da Busca Ativa Escolar é outro pilar da estratégia, permitindo o registro, a organização e o acompanhamento das ações realizadas pelos diferentes atores. Sua funcionalidade melhora a comunicação entre setores, agilizando a tomada de decisões e otimizando os recursos disponíveis.

Além do retorno dos estudantes às escolas, a Busca Ativa Escolar prevê o acompanhamento desses alunos por pelo menos um ano, a fim de garantir sua permanência e o desenvolvimento de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. Esse cuidado reflete a visão de Arroyo (2011), que enfatiza que "a permanência escolar exige políticas públicas que reconheçam e respeitem as diversidades e vulnerabilidades dos estudantes.

3.3 Estrutura da plataforma da Busca Ativa em 2023

Em 2023, a plataforma Busca Ativa Escolar foi reformulada com o objetivo de aprimorar os processos de identificação e acompanhamento de crianças e adolescentes fora da escola. Entre as principais mudanças, destaca-se a inclusão de novas funcionalidades que ampliam a autonomia dos estados, permitindo o cadastro de equipes estaduais e a execução integral das etapas metodológicas, além da criação de divisões territoriais e regionais para melhorar a gestão de casos (UNDIME, 2023).

Outra inovação relevante foi a ampliação dos campos de identificação na plataforma, que agora permite especificar informações sobre o tipo de comunidade — quilombola, indígena, do campo ou ribeirinha — e a nacionalidade das crianças e adolescentes. Essas mudanças possibilitam um mapeamento mais detalhado do perfil dos atendidos, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais assertivas (Busca Ativa Escolar, 2023).

Para apoiar os usuários na adaptação às atualizações, foram disponibilizados novos materiais, como manuais de navegação e vídeos tutoriais. Além disso, as Salas de Aprendizagem foram reorganizadas com o objetivo de oferecer formações temáticas e suporte contínuo às equipes responsáveis pela implementação da estratégia (Biblioteca Busca Ativa Escolar, 2023).

Essa reestruturação reflete o compromisso da plataforma com a intersetorialidade e o combate à evasão escolar, fortalecendo sua eficácia como instrumento de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação. Trata-se de alterações que visam tornar a plataforma mais eficiente na coleta de dados e no monitoramento das causas que levam ao abandono escolar, garantindo um acompanhamento contínuo e personalizado. Conforme afirma Abramovay (2003), o combate à exclusão escolar depende de políticas que consigam captar e responder à realidade social dos estudantes, principalmente em contextos de vulnerabilidade, como é o caso de muitos municípios brasileiros.

Em localidades como Aquiraz, onde questões socioeconômicas e familiares — como a violência doméstica e problemas de saúde — afetam diretamente a permanência escolar, tais modificações são cruciais para que as estratégias da Busca Ativa Escolar sejam mais eficazes e adequadas à realidade local, conforme dados do Censo de Frequência Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Aquiraz.

3.4 A Busca ativa no Brasil – Conceito e Objetivos da Busca Ativa Escolar no Brasil

A concepção da Busca Ativa Escolar no contexto brasileiro parte do princípio de que é imprescindível ultrapassar as barreiras institucionais da escola para localizar e acompanhar estudantes em contextos de vulnerabilidade social. Segundo Dayrell (2007), a escola deve interagir com a realidade social dos estudantes, especialmente em contextos de exclusão, promovendo ações coordenadas e preventivas. Essa abordagem proativa não se limita a esperar que os estudantes venham à escola, mas envolve uma atuação ativa dos profissionais, que se deslocam até as comunidades e realizam visitas domiciliares para reintegrar ao sistema educacional aqueles que estão fora dele.

Dayrell (2007) ressalta que, no contexto brasileiro, a escola precisa expandir sua atuação para além de seus limites físicos, conectando-se à realidade social dos estudantes, especialmente em situações de vulnerabilidade. Nesse mesmo sentido, Ferreira e Silva (2019) apontam que a busca ativa requer a colaboração entre diferentes setores, com o objetivo de criar um ambiente educacional mais inclusivo e acessível, promovendo a integração das políticas públicas para combater a evasão escolar.

No Brasil, um dos principais objetivos da Busca Ativa Escolar é a identificação precoce de situações de risco, com monitoramento contínuo da frequência e do desempenho dos alunos. Segundo Souza e Amaral (2018), a detecção precoce de sinais de abandono, como faltas recorrentes e baixo rendimento acadêmico, é fundamental para a implementação de medidas preventivas. Além disso, a Busca Ativa compreende o mapeamento sistemático de estudantes que se encontram fora da escola — sejam aqueles que nunca foram matriculados, sejam aqueles que abandonaram o sistema escolar. Gatti e Barreto (2009) destacam que a educação deve ser uma prioridade na comunidade e, nesse sentido, a mobilização comunitária é crucial para o sucesso das ações, envolvendo familiares, líderes comunitários e organizações locais.

Outro objetivo central da Busca Ativa Escolar é oferecer suporte integral aos estudantes e suas famílias, atendendo a necessidades como apoio psicossocial, assistência social, acesso a serviços de saúde e programas de reforço escolar. Oliveira (2020) destaca que “o suporte às famílias é essencial para a permanência dos alunos na escola, pois muitos desafios ultrapassam o ambiente escolar e afetam diretamente o contexto familiar”. Almeida (2021) também aponta que, no Brasil, o apoio às famílias e a conexão com programas sociais são fundamentais para garantir que as crianças retornem à escola e permaneçam matriculadas, fortalecendo um ambiente educacional mais seguro e inclusivo.

Além disso, a Busca Ativa Escolar no Brasil tem como objetivo reintegrar os alunos ao ambiente escolar, acompanhando de perto seu progresso e fornecendo intervenções contínuas e ajustadas para evitar novas situações de evasão. Abramovay (2003) sugere que, para ser efetivada, a escola precisa estar atenta ao contexto do aluno e oferecer estratégias de acolhimento e acompanhamento permanente. Por meio da intersetorialidade, a Busca Ativa Escolar contribui para a formulação e implementação de políticas públicas mais inclusivas, que garantam o direito à educação para todos os estudantes brasileiros, independentemente de sua condição social.

3.5 O Programa Busca Ativa Escolar em Fortaleza-CE

Estudos de caso, como o realizado em Fortaleza, Ceará, demonstram que a plataforma é eficaz na redução da evasão escolar, com uma significativa diminuição nas taxas após sua adoção (SME Fortaleza, 2017). A capital cearense implementou o Programa Busca Ativa Escolar como parte de suas estratégias para reduzir os índices de abandono e evasão escolar.

De acordo com Lima (2018), a ausência de dados atualizados e integrados dificultava a identificação e a localização de estudantes fora da escola, evidenciando a necessidade de desenvolver sistemas de monitoramento mais eficazes. A capacitação contínua dos profissionais envolvidos foi outro desafio relevante, pois educadores, profissionais da saúde e da assistência social precisavam ser treinados para atuar de forma integrada e eficiente.

Nesse sentido, o engajamento da comunidade e das famílias locais desempenhou um papel fundamental no êxito do programa, embora também tenha representado um obstáculo inicial. A mobilização comunitária e a conscientização das famílias sobre a importância da educação exigiram campanhas específicas e estratégias de comunicação eficazes. Como observa Soares (2012), o apoio da comunidade é essencial para assegurar que as crianças retornem à escola e mantenham sua frequência regular.

Após a implementação do programa, Fortaleza registrou uma redução significativa nas taxas de evasão escolar. Dados do Ministério da Educação indicam que a cidade conseguiu diminuir essas taxas em mais de 20% nos dois primeiros anos de execução da estratégia (MEC, 2019). A formação de uma rede intersetorial eficiente foi um dos principais fatores para esse resultado.

Atualmente, Fortaleza tem avançado na integração de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas, em consonância com a Lei nº 13.935/2019. Desde o segundo semestre de 2020, a Secretaria Municipal da Educação (SME) implantou o Serviço de Psicologia Escolar, contando com 12 psicólogos que realizam escuta, orientação e fortalecimento de vínculos no ambiente escolar, beneficiando estudantes, famílias e profissionais da rede (INTRANET SME Fortaleza).

Em maio de 2023, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará promoveu uma audiência pública para discutir a implementação da referida lei. Durante a sessão, foi informado que, em 2022, foram contratados 26 assistentes sociais para atuar nas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes), além do aumento do número de psicólogos. Atualmente, cada psicólogo atende, em média, 15 escolas, o que

evidencia um esforço articulado para incorporar esses profissionais ao projeto pedagógico e às estratégias de enfrentamento da evasão escolar (Assembleia Legislativa do Ceará).

Essas iniciativas demonstram o compromisso de Fortaleza e do estado do Ceará em fortalecer a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, contribuindo para a redução da evasão escolar e a promoção de um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo. A colaboração entre diferentes setores tem permitido uma abordagem mais holística na resolução dos fatores que contribuem para o abandono escolar.

Portanto, o Programa Busca Ativa Escolar em Fortaleza exemplifica a importância da intersetorialidade na prevenção do abandono e da evasão escolar. A coordenação entre diversos setores e o engajamento da comunidade são elementos cruciais para o êxito de políticas voltadas à garantia de uma educação inclusiva e equitativa. A análise dos desafios e dos êxitos enfrentados em Fortaleza oferece lições valiosas para a implementação de iniciativas semelhantes em outras regiões do país. A intersetorialidade não apenas facilita a identificação e a reintegração de estudantes excluídos do sistema de ensino, mas também fortalece a comunidade escolar, promovendo um ambiente mais propício à aprendizagem e à permanência escolar.

3.6 A Busca Ativa Escolar em Aquiraz

Após o período pandêmico, o município de Aquiraz intensificou as ações da Busca Ativa Escolar em resposta ao aumento dos fatores que agravaram o risco de evasão escolar, como os desafios decorrentes do isolamento social e o aprofundamento das dificuldades socioeconômicas vivenciadas pela população.

Embora Aquiraz tenha avançado significativamente com a implementação do programa, inclusive com a conquista do Selo UNICEF, ainda persistem limitações na efetivação de uma estratégia intersetorial plena. Conforme assinala Libâneo (2001), a abordagem intersetorial possibilita uma compreensão mais abrangente das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, permitindo a formulação de medidas de suporte mais eficazes para combater o abandono escolar e promover a permanência estudantil. A integração de profissionais como assistentes sociais e psicólogos, por exemplo, contribuiria para a identificação precoce de fatores que comprometem a trajetória escolar, ampliando o alcance e a efetividade das políticas públicas.

Nesse sentido, apesar dos esforços empreendidos, a ausência de uma articulação intersetorial consolidada no município dificulta a identificação e o enfrentamento das causas estruturais da evasão, sobretudo aquelas que foram intensificadas pela pandemia. Como

ressalta Cury (2005), a educação é um “bem público” que, para ser plenamente assegurado, exige a participação integrada de diferentes setores da sociedade (CURY, 2005, p. 89).

3.7 Intersetorialidade: Estratégia de enfrentamento ao abandono e evasão escolar

Dialogando com autores que destacam a relevância da articulação entre setores, bem como com estudos que analisam o programa Busca Ativa Escolar, é possível compreender como a integração entre áreas como educação, saúde e assistência social pode mitigar os altos índices de evasão e abandono escolar. No entanto, a maioria dos trabalhos científicos sobre a Busca Ativa Escolar concentra-se em sua aplicação prática, relegando a um segundo plano a discussão da intersetorialidade como pilar fundamental — especialmente no cenário pós-pandêmico. A pandemia intensificou barreiras já existentes e gerou novos desafios, como a desmotivação, o descontrole emocional e a exclusão digital, dificultando o engajamento necessário ao desenvolvimento educacional satisfatório.

No município de Aquiraz, essa situação se torna ainda mais complexa diante da ausência de uma parceria efetiva e consolidada entre os setores mencionados, conforme preconiza a Lei nº 13.935/2019. Essa legislação estabelece a obrigatoriedade da presença de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de ensino, a fim de apoiar as escolas no enfrentamento de situações de vulnerabilidade que afetam diretamente o desempenho escolar dos estudantes. Contudo, a aplicação dessa norma ainda não foi plenamente efetivada em Aquiraz, evidenciando uma lacuna significativa na implementação de políticas intersetoriais voltadas ao combate à evasão e ao abandono escolar. Tal deficiência compromete o impacto potencial da Busca Ativa Escolar, limitando sua eficácia na promoção da permanência e do sucesso escolar.

A intersetorialidade refere-se à articulação e integração de políticas e ações entre diferentes setores governamentais e sociais, com o objetivo de enfrentar problemas complexos de forma mais abrangente e eficaz. De acordo com Junqueira (2004), trata-se da interação coordenada entre diferentes áreas, visando à implementação de políticas públicas que ofereçam respostas mais completas a problemas sociais relevantes. Essa abordagem pressupõe a definição de metas compartilhadas, a colaboração efetiva entre instituições, o uso otimizado dos recursos disponíveis e o envolvimento ativo da comunidade e dos beneficiários das políticas. Sua importância reside justamente na capacidade de promover sinergia entre os setores, aumentando a eficiência e a efetividade das ações públicas.

A Busca Ativa Escolar constitui um exemplo concreto de política pública com base intersetorial, ao integrar diferentes setores para localizar e reintegrar crianças e

adolescentes em situação de exclusão educacional. Segundo o UNICEF (2017), “a estratégia de Busca Ativa Escolar envolve educação, saúde, assistência social e outras áreas, promovendo uma abordagem coordenada e eficaz para a inclusão escolar”. Iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE) — uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação — e o Programa Bolsa Família — que vincula a frequência escolar à concessão do benefício — também demonstram como a intersetorialidade pode potencializar a promoção da permanência escolar. Soares (2012) ressalta que a condicionalidade educacional do Bolsa Família é um exemplo de como políticas sociais integradas podem fortalecer o direito à educação ao mesmo tempo em que combatem a pobreza.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, reforça essa necessidade de articulação ao afirmar, em seu Art. 8º, que “a União incumbir-se-á de coordenar a política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas, exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL, 1996, p. 11). O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 também enfatiza a relevância da articulação intersetorial como estratégia para alcançar metas voltadas à inclusão e à permanência escolar. Já a Lei nº 13.935/2019 determina que as redes públicas de educação básica devem contar com o trabalho de profissionais da psicologia e do serviço social, voltado às necessidades e prioridades definidas pelas escolas para garantir a permanência e o bem-estar dos alunos.

Diante dessas considerações, compreende-se que a intersetorialidade é uma estratégia essencial para enfrentar problemas complexos como a evasão escolar, uma vez que permite uma abordagem integral e coordenada. Abramovay (2003) afirma que “a articulação entre educação, saúde, assistência social e outros setores é fundamental para enfrentar de forma integral os determinantes da evasão escolar”.

Portanto, o fortalecimento da intersetorialidade, especialmente em municípios como Aquiraz, é condição necessária para ampliar a eficácia do programa Busca Ativa Escolar e garantir a construção de um sistema educacional mais inclusivo, equitativo e sensível às realidades sociais dos estudantes.

3.7.1 A Intersetorialidade no Combate à Evasão Escolar no Pós-Pandemia

Entre os anos de 2020 e 2023, o cenário educacional brasileiro foi duramente impactado pelos efeitos da pandemia de COVID-19, agravados por crises políticas e sucessivos cortes no orçamento do Ministério da Educação. Conforme aponta a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2022), tais medidas comprometeram a

continuidade das políticas públicas, resultando no aumento dos índices de evasão escolar e na redução das matrículas, especialmente entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, aprofundando as desigualdades educacionais já existentes (DIAS; RAMOS, 2022).

Os reflexos da pandemia prolongaram-se no período pós-pandêmico, como indicam dados da Plataforma Busca Ativa Escolar, exigindo atenção especial às causas estruturais do abandono escolar. Para Silva e Almeida (2022), a pandemia rompeu a trajetória educacional de muitos estudantes, criando obstáculos persistentes ao seu desenvolvimento e à permanência na escola. De forma complementar, Almeida e Santos (2022) observam que os impactos socioeconômicos e psíquicos intensificados nesse período continuam a interferir diretamente na vida escolar de crianças e jovens, especialmente nas comunidades mais vulneráveis.

Dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), revelam que cerca de 400 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estavam fora da escola em 2023, evidenciando os efeitos duradouros da crise sanitária sobre o sistema educacional. Em Aquiraz-CE, o censo de frequência escolar revelou a complexidade das causas do abandono, indicando a urgência de uma abordagem intersetorial no enfrentamento da evasão, considerando as desigualdades socioeconômicas e a descontinuidade no acesso à educação.

Nesse contexto, a intersetorialidade emerge como uma estratégia indispensável. Segundo Silva (2021), os anos de gestão federal marcados por instabilidade política, sucessivas trocas de ministros da Educação, escândalos de corrupção e cortes orçamentários agravaram as fragilidades do sistema educacional, aprofundando o problema da evasão. Carvalho e Lima (2021) reforçam que a ausência de conectividade durante o ensino remoto expôs desigualdades históricas e fragilizou o processo de ensino-aprendizagem, principalmente entre estudantes da rede pública.

Diante disso, questiona-se: até que ponto a intersetorialidade pode ser uma ferramenta eficaz no combate aos fatores que impulsionaram a evasão escolar no pós-pandemia? E por que alguns municípios, mesmo aderindo à plataforma Busca Ativa Escolar, ainda enfrentam resistência ou dificuldades na adoção plena dessa estratégia? O município de Fortaleza-CE, por exemplo, tem se destacado positivamente pela atuação articulada entre diferentes setores, pela inclusão efetiva dos estudantes nas ações de combate à evasão e pela adequação à Lei nº 13.935/2019, que prevê a atuação de assistentes sociais e psicólogos na educação básica.

Em contraste, Aquiraz-CE, embora tenha obtido o Selo UNICEF e aderido à Busca Ativa Escolar, ainda apresenta limitações na implementação da intersetorialidade como diretriz estruturante. O envolvimento reduzido de setores fundamentais — como saúde, assistência social e conselho tutelar — compromete a eficácia das ações, sobretudo nos anos de 2023 e 2024, quando se acentuaram os impactos do abandono escolar. Tais dificuldades revelam a necessidade de políticas públicas mais integradas e estruturadas.

De acordo com Oliveira (2017), a intersetorialidade é essencial para o enfrentamento de demandas sociais complexas, pois integra esforços e recursos de diferentes setores, potencializando os resultados das políticas públicas. Andrade (2023) argumenta que, para além de ações pontuais — como visitas domiciliares ou o envolvimento de professores e gestores — é necessário institucionalizar a intersetorialidade como eixo estruturante das políticas educacionais, possibilitando respostas mais robustas ao problema da evasão escolar.

Com a intensificação das vulnerabilidades sociais e educacionais, fatores como violência doméstica, trabalho infantil e, sobretudo, o desinteresse escolar, emergem como causas recorrentes da evasão. Este último requer atenção especial, pois compromete o rendimento acadêmico, a socialização escolar e a relação entre professores e estudantes — aspectos essenciais para a permanência e o sucesso educacional.

Acerca disso, é evidente que o simples retorno ao ambiente escolar, promovido por iniciativas como a Busca Ativa Escolar, não garante, por si só, a permanência dos alunos. A efetivação do direito de aprender exige ações articuladas e contínuas, voltadas à superação das múltiplas vulnerabilidades que afetam a trajetória educacional dos estudantes. A educação deve ser compreendida como um direito e uma ferramenta de transformação social. Como afirmou Freire (1996, p. 25): “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Assim, reforça-se o papel da intersetorialidade como caminho viável e necessário para promover uma educação pública de qualidade, inclusiva e equitativa, especialmente no contexto de reconstrução social e educacional do pós-pandemia.

3.7.2 A intersetorialidade conectada aos Fundamentos da Lei nº 13935/2019

A Lei nº 13.935/2019, ao prever a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, introduz um marco significativo na compreensão da escola como um espaço que ultrapassa a função exclusivamente pedagógica. Essa legislação reforça a necessidade de uma abordagem intersetorial no campo educacional, integrando ações de saúde, assistência social e educação para garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Como defende Saviani (2008), a educação pública não se realiza de forma isolada, mas exige a cooperação entre diferentes setores sociais para cumprir sua função social de forma integral. A atuação de psicólogos e assistentes sociais no ambiente escolar permite um olhar ampliado sobre as realidades dos alunos e de suas famílias, promovendo o reconhecimento de fatores externos que impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, como questões socioeconômicas, emocionais e familiares.

No período pós-pandêmico, essa intersectorialidade tornou-se ainda mais relevante, diante das múltiplas vulnerabilidades agravadas pela crise sanitária. O retorno às aulas presenciais revelou defasagens de aprendizagem, dificuldades emocionais e situações de risco que, sem o apoio de profissionais especializados, tornam-se barreiras para a permanência dos estudantes na escola. Vygotsky (1984) já enfatizava que o processo educativo é, essencialmente, uma construção social, em que a interação e o apoio mútuo são fundamentais para o desenvolvimento das funções superiores. Dessa forma, o acolhimento emocional promovido por psicólogos contribui para a reconstrução do vínculo escolar, elevando a autoestima dos alunos e reforçando seu pertencimento à comunidade escolar.

Paralelamente, o trabalho dos assistentes sociais permite uma atuação concreta sobre as condições objetivas de vida dos estudantes, viabilizando encaminhamentos às políticas públicas de assistência, saúde e proteção. Como destacam Oliveira (2017) e Andrade (2023), a presença desses profissionais amplia o alcance das ações da escola, fortalecendo a rede de proteção social e possibilitando respostas mais adequadas e eficazes aos desafios que conduzem ao abandono escolar.

Além de garantir o acompanhamento de situações críticas, como trabalho infantil, negligência, violência doméstica e insegurança alimentar, a atuação intersectorial também viabiliza diagnósticos preventivos, intervenções integradas e ações educativas voltadas à promoção dos direitos. Isso reforça a compreensão da escola como um espaço de cuidado e de construção de cidadania, em consonância com os princípios da educação integral defendidos nas políticas públicas brasileiras.

Assim, a Lei nº 13.935/2019 não deve ser vista apenas como uma norma de cumprimento administrativo, mas como um instrumento que orienta uma mudança de paradigma na gestão educacional. Sua implementação efetiva é crucial para o fortalecimento da intersectorialidade como eixo estruturante das ações de enfrentamento à evasão escolar, especialmente no cenário pós-pandêmico, em que a escola se tornou ainda mais central na recomposição de vínculos, aprendizagens e perspectivas de futuro.

3.7.3 Instrumentos de avaliação da reintegração escolar

Os instrumentos de reintegração escolar incluem o acompanhamento psicossocial, programas de recuperação acadêmica e incentivos à frequência. O acompanhamento psicossocial é uma ação essencial para compreender as razões do abandono e oferecer o suporte necessário, por meio de atendimento psicológico e de planos individualizados adaptados às necessidades dos estudantes. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estado deve garantir não apenas o acesso, mas também a permanência dos alunos na escola, oferecendo suporte adequado (BRASIL, 1996).

Os programas de recuperação escolar têm como objetivo reduzir a defasagem de aprendizagem e são compostos por aulas de reforço e projetos de tutoria, que auxiliam os estudantes a superar dificuldades e a manter-se motivados (SOARES, 2012).

Incentivos à frequência escolar, como benefícios sociais condicionados à presença e atividades extracurriculares atrativas, também são utilizados para aumentar a motivação dos estudantes e reduzir o abandono (MARQUES, 2010).

A intersetorialidade, aspecto central da estratégia da Busca Ativa Escolar, deve ser avaliada para se compreender a eficácia das ações implementadas. Essa avaliação pode incluir indicadores como o número de estudantes reintegrados, a taxa de frequência escolar e o nível de satisfação dos beneficiários. Metodologias como análise documental, entrevistas e estudos de caso proporcionam uma visão aprofundada dos processos e dos resultados alcançados (YIN, 2001).

4 PANORAMA ATUAL DA EVASÃO NO BRASIL E EM AQUIRAZ

Com base nos dados divulgados em 2022 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Brasil enfrenta uma das mais graves crises educacionais de sua história recente, intensificada pelos efeitos da pandemia de COVID-19. Pesquisa realizada pelo Ipec, em parceria com o UNICEF, revelou que cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes, entre 11 e 19 anos, estão fora da escola e ainda não concluíram a educação básica. Esse número representa 11% da amostra de estudantes ou ex-estudantes da rede pública, evidenciando uma realidade alarmante e o agravamento das desigualdades sociais no país.

A evasão escolar está associada a fatores estruturais e sistêmicos que ultrapassam os limites da sala de aula. A pesquisa apontou que 48% dos adolescentes deixaram a escola para trabalhar, enquanto 28% assumiram responsabilidades de cuidado com familiares — dados que revelam a sobreposição de vulnerabilidades socioeconômicas e a violação de direitos fundamentais. Além disso, 30% mencionaram dificuldades de aprendizagem,

reforçando a urgência de repensar métodos pedagógicos e de fortalecer processos de acolhimento, acompanhamento e suporte psicopedagógico. Outros fatores, como ausência de transporte escolar, gravidez precoce, deficiência sem apoio adequado e racismo, também foram mencionados como causas da exclusão, compondo um cenário de múltiplas formas de violência e exclusão.

Mesmo entre os alunos matriculados, a evasão continua sendo uma ameaça concreta: 21% dos estudantes afirmaram ter pensado em abandonar a escola nos três meses anteriores à pesquisa, em razão das dificuldades de acompanhamento das atividades escolares. Isso revela uma lacuna preocupante entre o acesso formal à educação e a permanência com aprendizagem efetiva.

Outro dado alarmante refere-se à discrepância entre a expectativa dos estudantes e os serviços oferecidos: 80% defendem a presença de profissionais de saúde mental na escola, mas apenas 39% das instituições oferecem esse tipo de apoio. Essa estatística evidencia a urgência de se garantir suporte psicossocial como parte integrante do processo educacional. A exclusão escolar, portanto, não é apenas uma questão educacional, mas também social, econômica e de direitos humanos. Manter 2 milhões de adolescentes fora da escola compromete o futuro do país e infringe princípios constitucionais.

Segundo dados do Inep (2023), o Brasil registrou aproximadamente 47,3 milhões de matrículas distribuídas em 178,5 mil escolas de educação básica. Desse total, 37,9 milhões pertenciam à rede pública e 9,4 milhões à rede privada, representando um aumento de 4,7% em relação ao ano anterior.

No município de Aquiraz-CE, entre 2020 e 2024, diversas ações foram implementadas para reduzir a evasão escolar, alcançando resultados expressivos. Uma das principais estratégias foi a adesão ao Selo UNICEF, que estimulou políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Além disso, a Secretaria de Educação de Aquiraz, em parceria com o setor privado, lançou, em 2024, o programa Beach Park nas Escolas, que incentivou a frequência e o desempenho acadêmico. A iniciativa ofereceu visitas ao parque aquático a mais de 4 mil estudantes de 42 escolas municipais, motivando o engajamento escolar.

Adalberto (nome fictício), supervisor do Programa Busca Ativa Escolar em Aquiraz, relata que, ao longo dos últimos quatro anos, o trabalho de prevenção e combate à evasão escolar tem sido intenso e contínuo. Segundo ele, a principal estratégia envolve a escuta ativa das famílias e a conscientização sobre a importância da permanência dos estudantes na escola. Em suas palavras, registradas no site oficial da Prefeitura de Aquiraz:

“Realizo visitas domiciliares, converso com os responsáveis, explico sobre o papel fundamental da escola na formação dos filhos e, quando necessário, esclareço também sobre as possíveis sanções legais decorrentes da negligência quanto ao direito à educação”.

4.1 Procedimento de obtenção de dados secundários

Para conduzir um diagnóstico robusto acerca da evasão escolar em Aquiraz, optou-se pela coleta de dados quantitativos secundários, obtidos a partir de um conjunto diversificado de fontes oficiais. Inicialmente, a plataforma Busca Ativa Escolar — elaborada pelo UNICEF — mostrou-se fundamental para localizar crianças e adolescentes que não estavam frequentando a escola, bem como para registrar as causas que levam ao abandono ou ao afastamento prolongado. Essa plataforma passou por uma importante reformulação em 2023, exigindo autorização formal para o acesso de gestores e pesquisadores, o que foi concedido pela Secretaria Municipal de Educação, permitindo a análise de indicadores sensíveis, como o grau de desmotivação dos estudantes.

Na sequência, utilizou-se o Censo de Frequência Escolar, organizado pela Secretaria de Educação de Aquiraz, cuja principal característica é o monitoramento da presença efetiva dos alunos já matriculados na rede municipal. Este instrumento permite acompanhar dados como número de faltas, períodos de maior absenteísmo e padrões de comportamento que possam indicar evasão iminente. Diferentemente da Busca Ativa Escolar — que foca na identificação de alunos fora da escola —, o censo de frequência oferece uma visão detalhada sobre a permanência dos estudantes já matriculados. Para fins desta pesquisa, os dados foram obtidos mediante solicitação formal à Secretaria, que autorizou o uso das informações para fins acadêmicos. A importância dessa ferramenta reside também na periodicidade da coleta, gerando relatórios contínuos que permitem análises comparativas entre diferentes períodos, sinalizando avanços ou retrocessos na assiduidade escolar.

Outro instrumento imprescindível no processo de coleta foi o e-SAGE, sistema municipal de monitoramento desenvolvido para apoiar a gestão educacional, por meio da consolidação de relatórios sobre frequência, desempenho, histórico de matrícula e outros dados relevantes à identificação de riscos de evasão. Sua principal vantagem consiste na centralização e integração de informações em uma única plataforma, acessível às equipes gestoras e pedagógicas para consultas contínuas. Assim como os demais sistemas, o e-SAGE também requer solicitação formal de acesso para fins de pesquisa, garantindo a segurança e a confidencialidade dos dados.

Por fim, o Educacenso, mantido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), complementou a coleta de dados ao oferecer uma perspectiva de abrangência nacional. Como censo escolar de âmbito federal, ele fornece dados abertos sobre matrículas, abandono e rendimento, permitindo a comparação entre os indicadores municipais e as médias nacionais. Essa contextualização revelou o posicionamento de Aquiraz frente ao cenário educacional brasileiro, funcionando como parâmetro de referência para o planejamento de políticas públicas locais.

A partir do cruzamento das quatro fontes — Busca Ativa Escolar, Censo de Frequência Escolar, e-SAGE e Educacenso —, foi possível compor um conjunto substancial de informações que, devidamente sistematizadas, permitiram a construção de um cenário abrangente sobre a evasão e o abandono escolar no município de Aquiraz.

4.2 Indicadores Educacionais da evasão e abandono escolar em Aquiraz

A partir das plataformas e dos dados extraídos, foi possível obter informações mais detalhadas sobre indicadores relevantes, como as taxas de frequência e de absenteísmo, que constituem elementos fundamentais para avaliar o compromisso dos estudantes com a rotina escolar. O registro frequente de faltas pode sinalizar uma predisposição à evasão, reforçando a importância de ações coordenadas de prevenção e suporte. Por meio desses dados, torna-se possível avaliar se a Busca Ativa tem conseguido, de fato, detectar casos de risco e adotar as intervenções necessárias para manter os estudantes na escola, de forma articulada entre os setores envolvidos.

Nesse sentido, Henry e Huizinga (2007) apontam que o alto índice de faltas enfraquece o vínculo do aluno com a escola, sendo, inclusive, um preditor consistente do início do uso de substâncias psicoativas. De forma complementar, Balfanz e Byrnes (2012) destacam que o absenteísmo revela a existência de problemas que extrapolam o campo educacional, como conflitos familiares e dificuldades estruturais nas comunidades. Finning (2019), por sua vez, associa as faltas escolares frequentes ao surgimento de problemas emocionais, com destaque para a relação entre absenteísmo e quadros depressivos. Diante desse cenário, a integração entre os setores da saúde e da educação revela-se indispensável para oferecer o suporte necessário ao bem-estar dos alunos.

Assim, o envolvimento de gestores, professores e famílias configura-se como um aparato essencial na prevenção de comportamentos de risco e no combate à evasão, conferindo à frequência escolar um caráter protetivo que vai além da simples presença em sala de aula. A esse respeito, Balfanz, Herzog e Mac Iver (2007) afirmam que faltas

recorrentes representam um dos primeiros sinais de que o aluno pode abandonar os estudos. Dessa forma, monitorar a assiduidade torna-se imprescindível para identificar precocemente os casos de evasão e implementar medidas preventivas eficazes.

A matrícula escolar, por sua vez, constitui uma etapa fundamental para o sucesso da Busca Ativa em Aquiraz, uma vez que possibilita a identificação mais precisa de estudantes em situação de risco ou fora do sistema escolar. O registro formal de crianças e adolescentes no sistema de ensino permite o monitoramento sistemático da frequência e facilita intervenções precoces. Nesse contexto, destaca-se o papel estratégico do Educacenso, que, ao ser alimentado pela plataforma e-SAGE, oferece dados atualizados sobre matrícula, frequência e perfil socioeconômico dos alunos. Essa integração entre o e-SAGE e o Educacenso proporciona uma visão mais ampla e confiável do corpo discente, contribuindo para o planejamento de políticas públicas voltadas à redução da evasão e ao fortalecimento da Busca Ativa Escolar.

Além disso, a troca de informações entre os sistemas enriquece o diagnóstico das necessidades locais, permitindo ações mais ágeis e assertivas tanto na identificação de estudantes vulneráveis quanto no acompanhamento da permanência escolar. Esse processo resulta em um monitoramento mais eficaz e em estratégias de intervenção mais alinhadas à realidade do município.

A análise comparativa com os dados nacionais, fornecida pelo Educacenso (INEP), permitiu situar Aquiraz em um contexto mais amplo, possibilitando a avaliação das taxas de matrícula e abandono no período de 2021 a 2023. Os dados evidenciaram que a taxa de abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental em Aquiraz supera a média nacional, indicando desafios específicos que requerem atenção. Em comparação com outros municípios do Ceará, Aquiraz apresenta um índice de rematricula inferior ao esperado, revelando dificuldades na implementação de estratégias eficazes de reintegração escolar. A análise da retomada da frequência após a pandemia evidenciou ainda desigualdades entre as diferentes séries escolares, o que reforça a necessidade de políticas específicas para cada faixa etária. Como destaca Gatti (2010), a análise de dados nacionais é essencial para o planejamento de políticas educacionais locais. Assim, a incorporação dos dados do Educacenso ao estudo permitiu identificar padrões que diferenciam Aquiraz do cenário nacional, evidenciando a urgência de estratégias personalizadas para enfrentar os desafios da evasão e do abandono escolar no município.

A análise desses indicadores é, portanto, crucial para uma compreensão mais precisa da realidade educacional dos anos finais do ensino fundamental em Aquiraz. Também

permite identificar quais setores estão ausentes no fornecimento de suporte integral aos estudantes. Distribuir a responsabilidade pela educação de forma mais ampla e equilibrada é uma medida necessária, aliviando o peso desproporcional que tem recaído sobre os professores — profissionais que, embora fundamentais, não podem responder sozinhos aos múltiplos fatores que influenciam o abandono escolar.

5 PERCURSO METODOLÓGICO DO TRABALHO DE CAMPO

5.1 Abordagem da metodologia

O presente trabalho adotou uma abordagem qualitativa, marcada pela realização de entrevistas e aplicação de questionários, complementada por dados quantitativos, visando captar tanto as percepções subjetivas dos participantes quanto uma base objetiva de indicadores. Conforme Denzin e Lincoln (2006), a integração de abordagens qualitativas e quantitativas permite uma visão ampla e aprofundada, abrangendo tanto as interpretações pessoais quanto a realidade objetiva do problema. Os dados e relatos foram analisados por meio da análise de conteúdo que, segundo Bardin (2016), possibilita identificar padrões e temas relevantes, promovendo uma compreensão profunda dos dados e proporcionando uma visão crítica das barreiras e possibilidades de intervenção social.

A análise foi realizada com entrevistas semiestruturadas e questionários online, seguindo a metodologia de Triviños (1987), que possibilita captar percepções e sentimentos dos participantes. A inclusão dos professores como sujeitos da pesquisa ressalta o protagonismo docente na identificação e no enfrentamento das causas da evasão escolar.

De acordo com Freire (1996), “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Essa perspectiva reforça a importância de ouvir os docentes, que estão na linha de frente das relações com os estudantes e possuem um olhar sensível às suas realidades. Tal entendimento enfatiza o papel da escola e das políticas públicas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

A pesquisa apresenta também uma natureza aplicada que, segundo Barros (2000, p. 78), “[...] é aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para aplicação imediata dos resultados”. Assim, ela contribui para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata dos problemas investigados.

Quanto ao objetivo, a pesquisa se caracteriza como exploratória, cuja finalidade, segundo Gil (2002), é “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a

torná-lo mais explícito ou a construir situações” (p. 41). Esse tipo de estudo é particularmente útil quando o tema é pouco explorado, permitindo ao pesquisador um entendimento inicial das características investigadas e auxiliando na formulação de questões que poderão ser aprofundadas em trabalhos futuros.

No que tange à fundamentação teórica, o estudo utilizou procedimentos direcionados às técnicas documental e bibliográfica, com o intuito de embasar a pesquisa de campo. Segundo Lakatos e Marconi (2003), o estudo de campo aproxima o pesquisador da realidade, possibilitando uma compreensão mais rica do contexto, bem como a análise qualitativa dos resultados por meio de questionários e entrevistas. Ademais, essa abordagem permite ampliar o foco para o desenvolvimento de pesquisas futuras, com o levantamento de dados acerca de novos problemas a serem investigados.

Os procedimentos adotados, alinhados aos objetivos específicos, foram determinantes para a efetivação do trabalho, com estratégias adequadas para a tomada de decisões e a aplicação prática do estudo detalhado sobre o programa Busca Ativa Escolar no município de Aquiraz.

5.2 A escolha dos sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram oito professores dos componentes de Matemática e Ciências das escolas públicas de Aquiraz, Ceará, do ensino fundamental dos anos finais, um supervisor do programa e a Secretária Pedagógica de Educação do município, no ano de 2024. Os docentes foram selecionados por terem atuado durante os períodos pandêmicos e ainda estarem em exercício no município, possibilitando uma análise detalhada das percepções sobre os efeitos da evasão escolar e das estratégias de combate às rupturas nesse período.

A escolha dos professores de Ciências e Matemática para aplicação dos questionários fundamentou-se em aspectos pedagógicos e na trajetória profissional da autora, que atua como professora de Ciências há mais de uma década. Essa experiência proporciona uma compreensão aprofundada da dinâmica escolar e do comportamento dos alunos nessas disciplinas, especialmente no que tange ao engajamento, participação e possíveis fatores que contribuem para o desinteresse e, conseqüentemente, para a evasão.

No caso dos professores de Ciências, a seleção justifica-se pela natureza das aulas, que geralmente envolvem atividades lúdicas, experimentais e de exploração do imaginário, promovendo maior interesse e motivação dos estudantes. Tais práticas possibilitam uma aproximação afetiva e interativa com os alunos, fazendo com que esses docentes estejam em contato constante com as dificuldades e potencialidades dos discentes, sobretudo aqueles em

situação de vulnerabilidade. Por isso, suas percepções sobre o afastamento ou desinteresse dos alunos tendem a ser sensíveis e fundamentadas em experiências concretas, enriquecendo a análise dos dados coletados.

Já os professores de Matemática foram escolhidos por atuarem em um componente curricular tradicionalmente associado a maiores índices de dificuldades de aprendizagem, repetência e até rejeição por parte dos alunos. A Matemática, muitas vezes percebida como um obstáculo, pode desencadear sentimentos de frustração, evasão e desmotivação, especialmente em contextos sociais vulneráveis. Esses professores, portanto, possuem uma percepção estratégica sobre os processos que levam ao afastamento escolar, convivendo diretamente com os reflexos dessas dificuldades em sala de aula.

Dessa forma, a escolha desses dois grupos docentes justifica-se não só pela afinidade da autora com a área de Ciências, mas também pela relevância das experiências pedagógicas e emocionais vivenciadas por esses professores no cotidiano escolar, sem diminuir a importância das demais áreas. Suas percepções são fundamentais para compreender os indícios de evasão, o impacto das práticas intersetoriais e o papel da escola na permanência e no resgate dos alunos em situação de abandono.

A perspectiva dos professores é essencial. Conforme Nóvoa (1992), eles atuam como mediadores da aprendizagem e possuem uma compreensão única das realidades vividas pelos alunos. A inclusão do supervisor do programa e da Secretária Pedagógica da Educação de Aquiraz oferece uma visão mais ampla sobre a execução das políticas públicas relacionadas à Busca Ativa Escolar e suas interações com outras áreas de apoio, como saúde, psicologia e assistência social. A opinião dos professores do ensino fundamental em Aquiraz é especialmente relevante para avaliar a eficácia da abordagem, já que estão na linha de frente e podem identificar fatores de risco de abandono.

Tardif (2002) ressalta que o conhecimento prático dos professores é indispensável para uma intervenção educativa eficaz, pois possuem uma visão direta e contextualizada das dificuldades enfrentadas pelos estudantes. A diversidade das áreas de ensino permite uma visão comparativa dos fatores de abandono e evasão, revelando particularidades e persistências nos desafios enfrentados após a pandemia.

Para ampliar a compreensão sobre a execução do programa Busca Ativa Escolar e os fatores que dificultam o cumprimento da lei que determina a atuação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, também foram incluídos como sujeitos o supervisor regional do programa e a Secretária Pedagógica de Educação de Aquiraz. Obteve-se o seguinte perfil dos participantes, respeitando o caráter anônimo:

Tabela 1 - Informações acerca dos sujeitos da pesquisa

Nome Fictício	Função	Tempo de Atuação em Aquiraz	Instrumento Utilizado
“Luciana”	Secretária Pedagógica de Educação	4 anos	Entrevista Semiestruturada
“Adalberto”	Supervisor do Programa Busca Ativa	4 anos	Entrevista Semiestruturada
“Marta”	Professora de Matemática	15 anos	Questionário
“Fátima”	Professora de Matemática	20 anos	Questionário
“João”	Professor de Matemática	12 anos	Questionário
“Sílvia”	Professora de Matemática	10 anos	Questionário
“Carlos”	Professor de Ciências	8 anos	Questionário
“Regina”	Professora de Ciências	25 anos	Questionário

“Ricardo”	Professor de Ciências	20 anos	Questionário
“Paulo”	Professor de Ciências	16 anos	Questionário

Fonte: Elaborado pela autora

5.3 Viabilidade da escolha do locus da pesquisa e do período

A pesquisa utilizou como amostragem três escolas municipais de ensino fundamental, com foco no universo de estudo em Aquiraz, Ceará, município onde a autora leciona há mais de 15 anos, abrangendo o período pandêmico e permanecendo até 2024. A escolha do município fundamentou-se na experiência profissional da pesquisadora nesse local, especialmente no período analisado, de maio de 2023 até 2024 (pós-pandemia).

As escolas selecionadas, denominadas aqui com nomes fictícios (EMEF 1, EMEF 2 e EMEF 3), foram escolhidas por suas especificidades geográficas e sociais, que ilustram a complexidade do enfrentamento da evasão e do abandono escolar no território.

A EMEF 1 está situada em área rural, caracterizada por terrenos planos e pequenas propriedades agrícolas. A distância em relação ao centro urbano contribui para o isolamento da comunidade, o que exige maior articulação entre os serviços públicos para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

A EMEF 2 localiza-se na região litorânea, conhecida pela atividade turística e pela presença de comunidades tradicionais de pescadores. Embora seja uma área urbana, apresenta desigualdades sociais significativas, o que impõe desafios para o trabalho pedagógico e para o combate à evasão escolar.

Por fim, a EMEF 3 situa-se em uma zona rural com características semiurbanas, onde coexistem elementos do meio rural e urbano. A região conta com rodovias que facilitam o acesso à sede do município, mas também concentra comunidades vulneráveis, como assentamentos e ocupações informais. Essas particularidades reforçam a importância da Busca Ativa Escolar, sobretudo em contextos nos quais a permanência dos alunos depende de múltiplos fatores que ultrapassam o ambiente educacional.

A seleção dessas amostras considerou não apenas o comprometimento com o registro frequente na plataforma Busca Ativa Escolar, mas também a diversidade territorial e

os desafios sociais enfrentados pelas comunidades vinculadas às escolas municipais de Aquiraz. Compreender esses contextos é fundamental para avaliar com maior precisão a eficácia das ações intersetoriais no enfrentamento da evasão e do abandono escolar.

Como destaca Abramovay (2009), “às políticas públicas voltadas para a permanência dos estudantes na escola devem considerar a complexidade do território, as relações sociais que nele se estabelecem e as desigualdades que o atravessam”. Portanto, é imprescindível analisar cada escola em sua realidade concreta, pois as estratégias de prevenção à evasão exigem articulação entre diferentes políticas e setores para a construção de ações efetivas de permanência e reintegração escolar.

5.4 Delineamento da pesquisa

O delineamento da pesquisa foi estruturado em etapas distintas, iniciando-se por uma revisão de literatura e análise documental, fundamentais para a contextualização teórica do problema. A análise documental é essencial para compreender a realidade de forma ampla, pois permite “construir uma base sólida para a reflexão sobre as condições sociais e políticas que afetam a educação” (Minayo, 2010, p. 45).

Com essa fundamentação, a pesquisa avançou para a construção de uma base empírica visando uma análise integrada. Em seguida, apoiada na revisão bibliográfica, foi realizada a pesquisa de campo, possibilitando uma análise qualitativa dos resultados. Segundo Minayo (2012, p. 72), “a pesquisa de campo, por sua proximidade com a realidade, permite ao pesquisador uma visão detalhada e precisa das práticas sociais, das experiências e dos significados que os sujeitos atribuem aos fenômenos que vivenciam, sendo uma das formas mais eficazes de captar a complexidade da realidade”.

5.5 Procedimento de coleta de dados da pesquisa de campo

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários online, com o objetivo de explorar as percepções dos docentes e compreender o posicionamento dos gestores sobre o impacto da intersetorialidade no programa Busca Ativa Escolar, conforme os marcos e diretrizes que sustentam essa iniciativa no combate à evasão escolar. A escolha desses instrumentos visa captar não apenas informações objetivas, mas também as nuances das experiências e opiniões dos participantes. As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a gestores educacionais, incluindo representantes da Secretaria de Educação e o supervisor do programa Busca Ativa Escolar no município. Conforme Triviños (1987, p. 146), essa abordagem permite uma aproximação mais profunda

com os entrevistados, captando “a complexidade das percepções e sentimentos”. Por meio dessas entrevistas, buscou-se compreender:

1. Como os gestores avaliam a eficácia da intersectorialidade na implementação do programa Busca Ativa Escolar.
2. Quais são os principais desafios enfrentados na articulação entre os setores envolvidos, como saúde, assistência social e educação.
3. De que maneira o programa tem contribuído para reduzir a evasão escolar no município.
4. Que estratégias podem ser sugeridas para aprimorar a atuação do programa no contexto local.

Os questionários online foram aplicados aos professores do ensino fundamental dos anos finais da rede municipal que concordaram em participar da pesquisa. Essa ferramenta foi escolhida por proporcionar maior acessibilidade, permitindo que mesmo profissionais com agendas ocupadas pudessem responder. Conforme Minayo (2010), o uso de plataformas digitais para coleta de dados “agiliza o processo e amplia o alcance, facilitando a resposta dos participantes”. O questionário contemplou perguntas fechadas e abertas, direcionadas para:

1. Identificar a percepção dos professores sobre as causas da evasão escolar.
2. Avaliar o nível de envolvimento e conhecimento dos docentes sobre o programa Busca Ativa Escolar.
3. Investigar como os professores percebem a articulação intersectorial no cotidiano escolar.
4. Compreender os impactos do contexto pandêmico na dinâmica escolar e na permanência dos alunos.

A escolha desses instrumentos reflete a busca por uma análise integrada, na qual as informações qualitativas obtidas nas entrevistas e questionários sejam analisadas junto aos dados documentais. Essa abordagem metodológica visa compreender as experiências e percepções dos sujeitos no contexto específico de Aquiraz, oferecendo subsídios para propor melhorias na implementação das políticas públicas educacionais.

6 ANÁLISE DE DADOS E DE CONTEÚDO

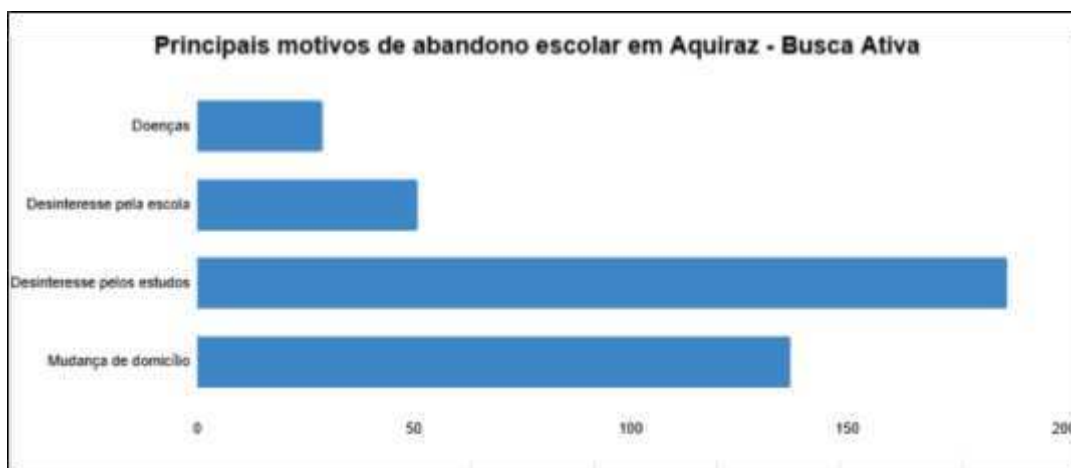
A partir dos dados extraídos das plataformas, obtidos mediante solicitação formal à Secretaria de Educação de Aquiraz, foi possível selecionar os aspectos de interesse para elaborar gráficos em softwares como o Excel, permitindo uma representação clara e objetiva

das informações e favorecendo a análise dos resultados. As entrevistas aprofundaram a pesquisa, possibilitando compreender as percepções dos sujeitos conforme os critérios definidos, identificando os elementos mais relevantes para a construção do estudo.

Utilizaram-se dados quantitativos para analisar o cenário da evasão no ensino fundamental dos anos finais e, posteriormente, realizou-se uma análise qualitativa em escolas da rede pública de Aquiraz, combinando dados oficiais com análise de conteúdo. A análise documental da evasão e do abandono escolar no contexto pós-pandêmico baseou-se em diversas fontes institucionais: a plataforma Busca Ativa Escolar, o Censo de Frequência Escolar da Secretaria de Educação municipal, o sistema e-SAGE e o Educacenso do INEP. A triangulação dessas informações permitiu um diagnóstico abrangente da realidade local, viabilizando também comparações com o cenário nacional.

Como primeiro passo, utilizou-se a plataforma Busca Ativa, uma ferramenta digital colaborativa que apoia Estados e Municípios no combate à exclusão escolar. Aquiraz está engajado nos propósitos do programa, que visa garantir o direito à educação a todos, conforme estabelecido na Constituição Federal. A partir dela, foram gerados os gráficos a seguir:

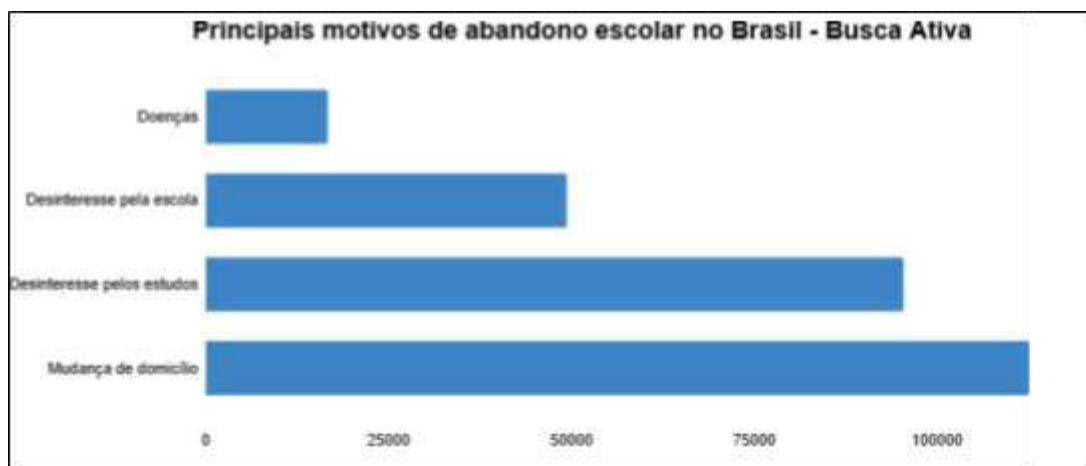
Gráfico 1 - Principais motivos de abandono escolar em Aquiraz segundo a Busca Ativa



Fonte: Elaborado pela Autora a partir dos dados da Busca Ativa

No gráfico 1, referente aos dados da Busca Ativa Escolar correspondente ao ano de 2023, a qual observou-se um recorte específico sobre os principais motivos de abandono escolar. Nesse caso, o desinteresse pelos estudos desponta como o fator mais significativo, com aproximadamente duzentas ocorrências, seguido pela mudança de domicílio e pelo desinteresse pela escola.

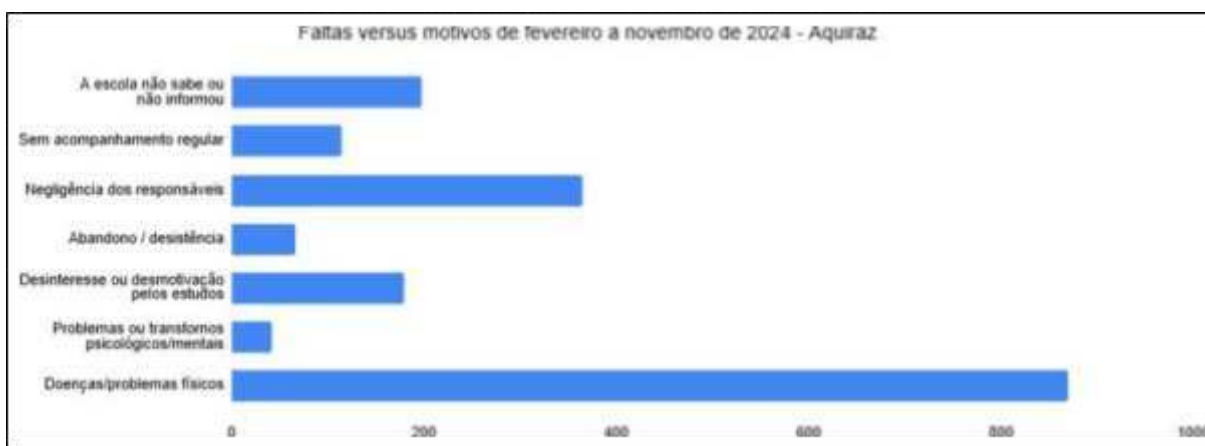
Gráfico 2 - Principais motivos de abandono escolar no Brasil segundo a Busca Ativa



Fonte: Elaborado pela Autora a partir dos dados da Busca Ativa

Fazendo um comparativo com os dados do gráfico 2 que são relativos aos principais motivos de abandono no Brasil percebe-se que neste a principal causa de abandono escolar é a mudança de domicílio, seguida pelo desinteresse pelos estudos, em Aquiraz a situação se inverte: o desinteresse pelos estudos é o principal motivo, isso em 2023 e que ainda permaneceu-se em 2024, mesmo não estando no mesmo nível, indicando uma fragilidade maior no envolvimento do aluno com o processo educativo conforme o gráfico 3. Além disso, embora causas como doenças e desinteresse pela escola apareceram com menor frequência em ambos os contextos, a sua presença consistente indica que há múltiplas dimensões (pessoais, sociais e pedagógicas) influenciando a permanência dos alunos na escola.

Gráfico 3 - Faltas versus motivos de fevereiro a novembro de 2024 - Censo de Frequência



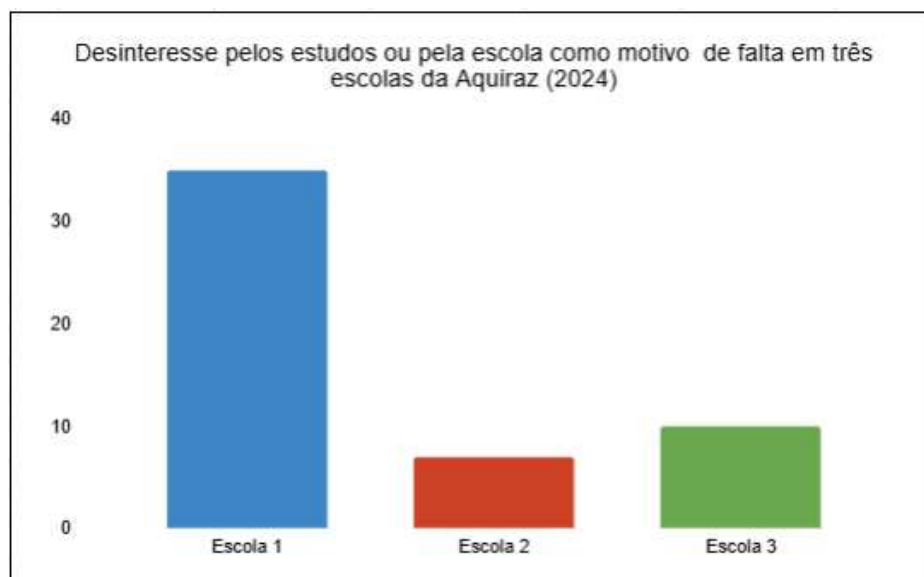
Fonte: Elaborado pela Autora a partir do Censo de Frequência do município

O gráfico 3, elaborado com base nos dados do Censo de Frequência Escolar de 2024, fornecidos pela Secretaria de Educação de Aquiraz, revela que o maior número de ausências registradas entre fevereiro e novembro decorre de doenças ou problemas físicos, totalizando cerca de 900 ocorrências. Esse dado indica que fatores relacionados à saúde passaram a influenciar significativamente a frequência escolar, configurando-se como a principal causa de faltas nesse período. Outros motivos de destaque foram a ausência de acompanhamento regular, a negligência dos pais ou responsáveis e o desinteresse ou desmotivação pelos estudos, todos com mais de 200 registros, evidenciando a complexidade dos desafios enfrentados pela rede municipal de ensino. Em menor escala, aparecem casos de abandono escolar, problemas psicológicos e registros sem justificativa, que, apesar do número reduzido, apontam para fragilidades nos vínculos entre estudantes, famílias e escola.

A comparação entre 2023 e 2024 mostra mudanças no perfil das causas que afetam a frequência e permanência dos alunos na rede pública de Aquiraz. Em 2023, predominavam ausências motivadas pelo desinteresse escolar e pela mobilidade geográfica das famílias, enquanto em 2024 houve um aumento expressivo das faltas por problemas de saúde física. Mesmo assim, o desinteresse pelos estudos manteve-se como um fator recorrente e preocupante em ambos os anos, evidenciando a necessidade de estratégias pedagógicas e intersetoriais mais eficazes para fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola.

O sistema e-SAGE, utilizado para controle de frequência, permitiu aprofundar a análise ao cruzar os registros de evasão e absenteísmo com os dados da Busca Ativa Escolar e do Censo de Frequência. A partir dessa integração, foram elaborados os gráficos 4, que apresentam o número de faltas por série em três escolas selecionadas da rede pública de Aquiraz, no período de fevereiro a novembro de 2024.

Gráfico 4 - Desinteresse pelos estudos ou pela escola como motivo de faltas em três escolas de Aquiraz



Fonte: Elaborado pela Autora

A análise do gráfico 4, intitulado “Desinteresse pelos estudos ou pela escola como motivo de falta em três escolas de Aquiraz (2024)”, aponta diferenças significativas entre as instituições avaliadas quanto à incidência do desinteresse como causa de ausência escolar. O gráfico mostra que a EMEF 1 registra o maior número de ocorrências, com índice significativamente superior às demais escolas. As EMEF 2 e EMEF 3 apresentam valores mais baixos, sendo que a EMEF 3 tem um número ligeiramente maior que o da EMEF 2.

Considerando o contexto territorial e social de cada escola, observa-se que a EMEF 1, situada em zona rural isolada, enfrenta desafios específicos como a distância dos centros urbanos, o acesso limitado a serviços públicos e a escassez de atividades extracurriculares que motivem os estudantes. Esse isolamento contribui para a alta incidência de desinteresse pelos estudos, conforme indica o gráfico.

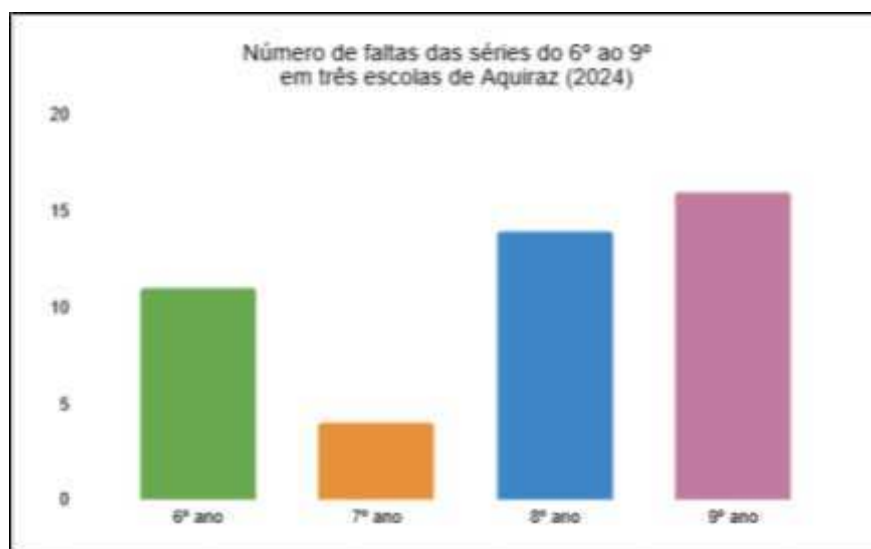
A EMEF 2, localizada em uma região litorânea urbana, apesar das desigualdades sociais, apresenta menor índice de desinteresse, possivelmente devido à maior acessibilidade a serviços e à presença de atividades comunitárias que fortalecem o vínculo dos alunos com a escola. No entanto, a complexidade social da área continua a demandar atenção constante.

Já a EMEF 3 está numa zona de transição rural-urbana. Embora as rodovias facilitem a mobilidade, a vulnerabilidade social de comunidades como assentamentos e ocupações influencia o desinteresse escolar, ainda que em níveis inferiores aos da EMEF 1.

Essa análise comparativa demonstra que o desinteresse escolar está estreitamente ligado às condições sociais e geográficas dos territórios, reforçando a necessidade de uma atuação intersetorial eficaz, conforme proposto pela Busca Ativa Escolar. É fundamental que políticas públicas de educação, assistência social, saúde e outras áreas atuem de forma integrada para enfrentar esses fatores extrínsecos que impactam a permanência dos alunos.

Compreender essas especificidades locais é essencial para planejar ações que não apenas promovam o retorno dos estudantes, mas garantam sua permanência e sucesso na escola. Por meio do mesmo sistema, foi elaborado o gráfico 5, que evidencia o número de faltas por série nessas escolas ao longo de um ano pós-pandêmico.

Gráfico 5 - Número total de faltas das séries do 6º ao 9º ano em três escolas de Aquiraz - 2024



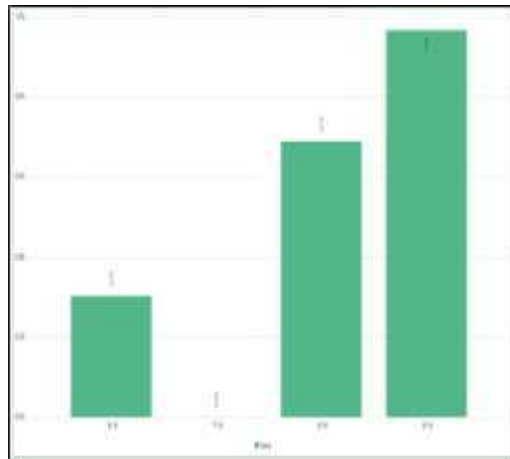
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do E-Sage - SMA

O gráfico 5 apresenta o número de faltas registradas por série em três escolas do município de Aquiraz escolhidas como amostragem no ano de 2024, revelando um comportamento interessante em relação à frequência dos alunos. Observa-se que o 9º ano apresenta o maior número de faltas, atingindo aproximadamente 16, indicando que os estudantes dessa série enfrentam maiores dificuldades em manter a regularidade na presença escolar. No entanto, no 8º ano, há uma redução no número de faltas, que diminui para cerca de 14, mostrando uma leve melhora na frequência. O ponto mais marcante ocorre no 7º ano,

onde há uma queda acentuada no número de faltas, atingindo cerca de 5, o que evidencia que os alunos dessa série possuem a melhor assiduidade dentre as avaliadas. Contudo, no 6º ano, nota-se um aumento no número de faltas, chegando a aproximadamente 10, o que sugere um possível desafio para a manutenção da frequência regular. Esse padrão pode refletir fatores como o nível de dificuldade de cada série, a motivação dos alunos ou até mesmo questões estruturais das escolas analisadas.

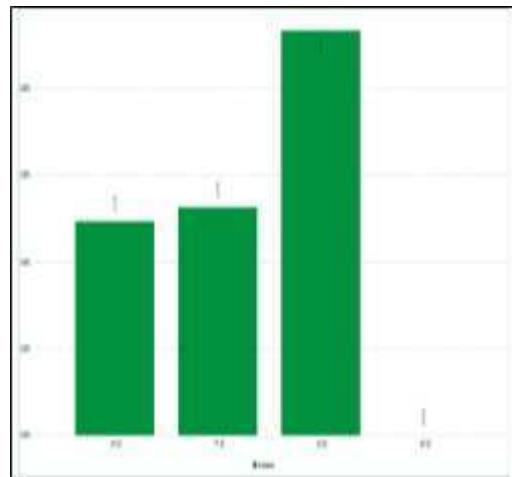
Diante dos resultados acima viesse necessário investigar a situação do distanciamento dos discentes do meio rural e urbano de forma a analisar os seguintes gráficos:

Gráfico 6 - Taxas de abandono ensino fundamental 6º ao 9º ano rede municipal em Aquiraz na localidade rural (2023)



Fonte: INEP

Gráfico 7 - Taxas de abandono ensino fundamental 6º ao 9º ano rede municipal em Aquiraz na localidade urbana (2023)



Fonte: INEP

A análise comparativa dos gráficos sobre a taxa de abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental nas zonas urbana e rural de Aquiraz revela disparidades significativas, que exigem reflexão sobre os desafios e desigualdades territoriais no acesso à educação.

No contexto urbano, o 8º ano apresenta a maior taxa de abandono, possivelmente associada ao desinteresse progressivo, sobrecarga familiar, trabalho informal e defasagem idade-série, comuns nas áreas urbanas. O 6º e o 7º anos mostram taxas intermediárias e equilibradas, enquanto o 9º ano tem uma taxa baixa, indicando que muitos estudantes urbanos conseguem concluir o ensino fundamental, especialmente quando há apoio familiar ou políticas de permanência eficazes.

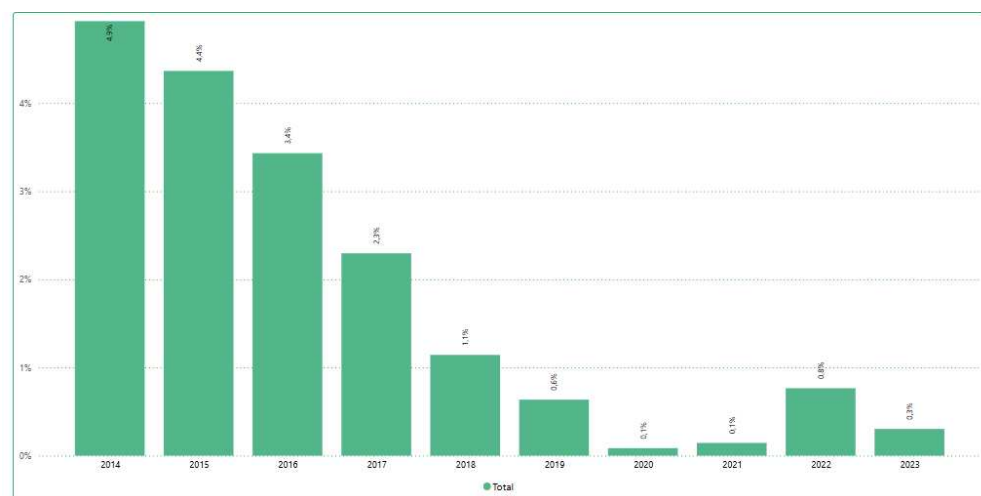
Já na zona rural, as taxas de abandono nos 8º e 9º anos são significativamente maiores, com o 9º ano atingindo o índice mais crítico. Essa diferença em relação ao contexto urbano reflete fatores estruturais, como dificuldades de acesso, falta de transporte adequado, distância entre residência e escola, e escassez de políticas públicas específicas para o campo.

Esses dados confirmam que estudantes rurais enfrentam maiores obstáculos para concluir o ensino fundamental, reforçando desigualdades históricas entre campo e cidade. Enquanto os alunos urbanos contam com mais infraestrutura e suporte institucional, os estudantes rurais lidam com abandono institucional, impactando diretamente os índices de evasão.

Portanto, a evasão em Aquiraz varia conforme o território, sendo mais grave no meio rural, o que demanda políticas públicas territoriais e específicas para cada realidade.

Em Fortaleza, por exemplo, ações previstas na Lei nº 13.935/2019, como o Serviço de Psicologia Escolar da rede pública iniciado no segundo semestre de 2020, mostraram impacto positivo, conforme indica o gráfico 7 divulgado pelo INEP.

Gráfico 8 - Taxas de abandono ensino fundamental anos finais rede municipal no período de 2014 a 2023 em Fortaleza

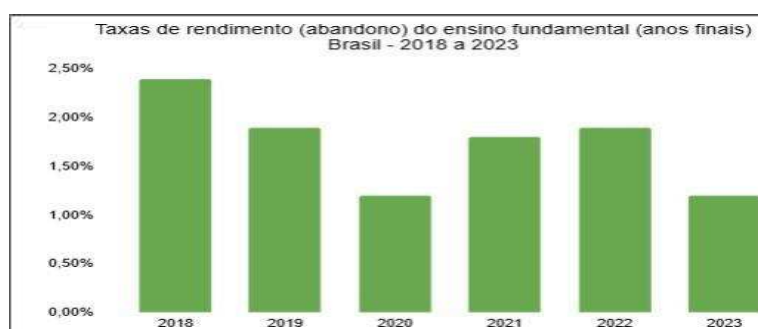


Fonte: INEP

O gráfico revela uma queda acentuada nos indicadores de abandono escolar entre 2014 e 2019, de cerca de 4,8% para 0,6%. A partir de 2020, observa-se uma leve reversão dessa tendência: o índice sobe para 0,7% em 2020 e atinge 0,9% em 2022, possivelmente devido às dificuldades causadas pela pandemia de COVID-19, que impactou o acesso e a permanência dos estudantes. Em 2023, porém, há uma redução expressiva para 0,3%, indicando que as políticas de retomada das aulas presenciais e as estratégias de reforço e acolhimento pós-pandemia foram eficazes para retomar a queda nos índices.

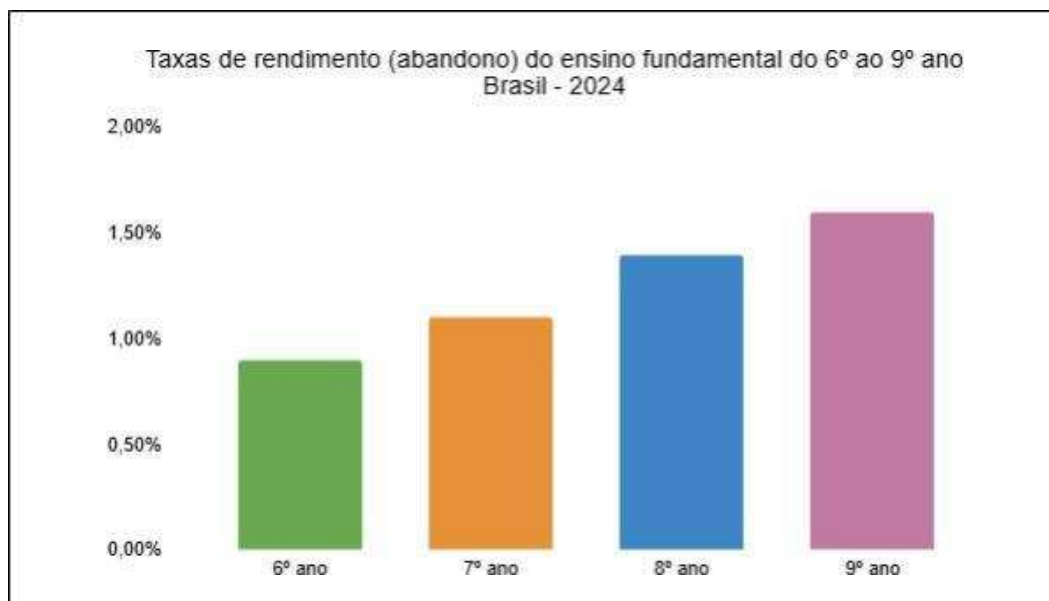
O Educacenso, ao fornecer dados como a taxa de abandono, permitiu uma análise comparativa entre Aquiraz e o Brasil. Conforme Gatti (2010), a análise de dados nacionais “fornece uma base de referência necessária para o planejamento de políticas educacionais locais”. Assim, por meio dos gráficos 6 e 7, foi possível situar o município no contexto nacional, identificando alinhamentos e diferenças em relação às médias de evasão escolar.

Gráfico 9 - Taxas de abandono dos anos finais no Brasil de 2018 a 2023



Fonte: Inep

Gráfico 10 - Taxas de abandono dos anos finais no Brasil em 2024



Fonte: Adaptado pela autora a partir dos dados do Educacenso

A análise dos dados de abandono escolar no Brasil entre 2020 e 2023, período marcado pela pandemia da COVID-19 e seu contexto posterior, revela mudanças importantes nos padrões de permanência dos alunos nos anos finais do ensino fundamental. Em 2020, ano inicial da pandemia e da suspensão das aulas presenciais, a taxa de abandono escolar atingiu seu ponto mais baixo na série histórica: 1,0%. Esse número, embora aparentemente positivo, deve ser interpretado com cautela, pois o ensino remoto dificultou o monitoramento efetivo da frequência, resultando em possível subnotificação.

Nos anos seguintes, com a retomada gradual das aulas presenciais, a taxa de abandono subiu para 1,2% em 2021, mantendo-se em 2022. Esse aumento pode estar ligado aos efeitos acumulados da pandemia, como dificuldades de aprendizagem, aumento da desigualdade social, impactos na saúde mental e perda do vínculo com a escola, que impediram muitos alunos de retornar.

Em 2023, mesmo com a normalização do funcionamento escolar, a taxa permaneceu em 1,4%, indicando que os desafios persistem, especialmente para os estudantes mais vulneráveis. Assim, o período revela uma dinâmica complexa: um aparente progresso durante o auge da pandemia, seguido por uma retomada preocupante da evasão no pós-pandemia, quando os dados passaram a refletir a realidade com maior fidelidade. Esses números evidenciam a necessidade urgente de ações coordenadas para recuperação da aprendizagem e reintegração escolar.

Ao analisar o abandono por série em 2023, observa-se um crescimento progressivo ao longo dos anos finais: 0,9% no 6º ano, 1,2% no 7º ano e 1,4% no 8º e 9º anos. Esse padrão pode estar relacionado ao aumento da carga curricular, desmotivação, defasagem idade-série e pressão para ingresso precoce no mercado de trabalho, elevando a vulnerabilidade à evasão nos anos finais.

Para aprofundar a compreensão desses dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois gestores educacionais e aplicados questionários a oito professores dos anos finais do ensino fundamental. Os participantes tiveram seus nomes e informações preservados conforme aspectos éticos.

Os dados foram organizados em quatro categorias principais: (i) percepção da Secretaria de Educação sobre evasão e abandono, (ii) visão do supervisor do programa Busca Ativa em Aquiraz, (iii) percepção dos professores e (iv) dados documentais e estatísticos. Essa abordagem permitiu analisar o problema sob diferentes perspectivas, integrando entrevistas, questionários e fontes institucionais.

As entrevistas presenciais tiveram duração aproximada de 40 minutos e abordaram temas como obstáculos à implementação da Lei nº 13.935/2019, a importância da articulação intersetorial (educação, saúde, assistência social) e percepções sobre o impacto da pandemia nos índices de evasão.

A Secretária Pedagógica da Educação de Aquiraz, identificada como Luciana, destacou o papel crucial da gestão na identificação das causas do abandono, mas apontou a escassez de recursos humanos especializados: há apenas uma psicóloga e uma assistente social na rede, o que limita o suporte multiprofissional necessário para ações intersetoriais eficazes.

Luciana demonstrou conhecimento da Lei nº 13.935/2019, reconhecendo a importância da presença efetiva de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, mas mencionou que questões legislativas e trabalhistas têm dificultado sua implementação. Também ressaltou a ausência de conteúdos sobre prevenção da evasão nas formações continuadas, embora tenha se comprometido a incluir o tema em futuras capacitações para aprimorar práticas pedagógicas voltadas à permanência escolar.

Outro ponto abordado foi a colaboração pontual do Conselho Tutelar, especialmente em áreas com altos índices de violência. Segundo a gestora, a atuação conjunta com esse órgão tem sido estratégica para o contato com famílias e a reintegração de

estudantes. Nesse contexto, ela destacou a importância de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, afirmando:

“O Bolsa Família contribui para a permanência dos alunos na escola, ao amenizar problemas de ordem socioeconômica que influenciam diretamente a evasão, como pobreza, violência e, em alguns casos, situações de abuso.”

A entrevistada também destacou a relevância do trabalho articulado entre o supervisor do programa e os gestores escolares na identificação precoce e na reversão de casos de abandono. Informou que o município desenvolve um projeto voltado à ampliação das ações relacionadas à Busca Ativa Escolar e manifestou interesse na expansão das escolas em tempo integral como estratégia para fomentar o protagonismo estudantil e mitigar a evasão. Enfatizou, ainda, que a gestão tem priorizado o acompanhamento pedagógico contínuo, com propostas de recuperação que evitam reprovações imediatas, fortalecendo, assim, o vínculo entre estudantes e escola.

Entre os principais fatores associados à evasão escolar, a gestora mencionou a desmotivação, reprovações, negligência familiar, instabilidade emocional, problemas de saúde e a violência nos territórios. Sobre este último aspecto, relatou que as ações da Busca Ativa são frequentemente dificultadas pela atuação de facções criminosas em determinadas áreas do município. Ainda assim, defendeu o fortalecimento da atuação intersetorial e a adesão plena à Lei nº 13.935/2019, reconhecendo, no entanto, os entraves legais e administrativos que ainda impedem sua implementação efetiva. Por fim, ressaltou que a evasão também está associada à desvalorização da educação por parte de algumas famílias, o que reforça a necessidade de fortalecer os vínculos entre escola, família e comunidade.

O segundo entrevistado foi o supervisor da Busca Ativa Escolar de Aquiraz, identificado ficticiamente como Adalberto. Ele reforçou a importância da plataforma como ferramenta estratégica para o monitoramento contínuo dos estudantes em situação de risco, destacando a possibilidade de realizar visitas domiciliares e manter contato direto com as famílias. Apesar desses esforços, apontou o desinteresse dos alunos como um dos principais obstáculos à reintegração escolar, mesmo após diversas tentativas de intervenção. Conforme relatou:

“Muitos alunos demonstram baixa motivação para retornar à escola, o que dificulta os esforços para reduzir a evasão escolar de maneira efetiva.”

Segundo Adalberto , os gestores escolares desempenham papel fundamental na prevenção da evasão, acompanhando a frequência e utilizando estratégias pedagógicas que favoreçam a permanência. A plataforma Busca Ativa, em articulação com o sistema e-SAGE, permite uma gestão mais eficiente dos casos, envolvendo também outros setores como o Conselho Tutelar, que tem sido decisivo, especialmente em regiões de risco. Ele destacou:

“Em algumas regiões dominadas por facções, somos vistos como estranhos e corremos riscos ao tentar contatar as famílias, recebendo ameaças e bloqueios que dificultam o trabalho de resgate do aluno.”

Esses desafios evidenciam a necessidade de ampliar a articulação com setores como segurança pública e assistência social. O entrevistado também reconheceu que o número reduzido de profissionais das áreas da saúde, psicologia e assistência social compromete uma atuação mais abrangente, e que o processo de notificação por parte das escolas ocorre, muitas vezes, de forma tardia. Em diversos casos, os estudantes já acumulam um número elevado de faltas quando a situação é comunicada, o que limita a eficácia das intervenções. A insegurança nas visitas domiciliares e a ausência de protocolos claros foram igualmente mencionadas como limitações significativas.

Adalberto elogiou reiteradamente a atuação do Conselho Tutelar na resolução dos casos mais graves de evasão e abandono escolar. Ressaltou que a intersetorialidade é indispensável, pois as causas da evasão frequentemente extrapolam os limites da instituição escolar. Embora reconheça algum apoio das Secretarias de Saúde e Assistência Social, destacou que essa colaboração ainda ocorre de forma moderada.

Em síntese, as entrevistas revelam que, embora existam iniciativas importantes no município de Aquiraz, a atuação intersetorial permanece fragilizada por limitações estruturais, insegurança territorial e escassez de profissionais especializados. A efetivação da Lei nº 13.935/2019, a ampliação das escolas em tempo integral, a formação continuada dos professores com foco na prevenção da evasão e o fortalecimento dos vínculos com as famílias despontam como caminhos promissores para assegurar o acesso, a permanência e o sucesso escolar.

A aplicação de questionários a oito professores das áreas de Matemática e Ciências permitiu compreender a percepção docente sobre as causas da evasão escolar e a efetividade do programa Busca Ativa Escolar. Os dados indicam que 62,5% dos participantes conhecem o programa; no entanto, sua efetividade é questionada: 50% consideram o impacto

da iniciativa como moderado, enquanto os outros 50% o classificam como baixo. Esses resultados sugerem que, embora a proposta do programa seja relevante, sua implementação carece de ajustes para alcançar maior efetividade junto aos alunos em situação de risco.

Outro ponto abordado nos questionários refere-se à integração entre os setores de saúde, assistência social e psicologia no enfrentamento das vulnerabilidades que contribuem para a evasão escolar. Metade dos docentes avaliou essa articulação como regular, apontando para fragilidades na intersetorialidade. Diante da natureza multifatorial da evasão, torna-se essencial um trabalho colaborativo entre diferentes áreas para garantir o suporte necessário aos alunos.

Quanto à formação continuada sobre estratégias de prevenção à evasão escolar, apenas 25% dos professores afirmaram receber esse tipo de capacitação com frequência. Outros 50% disseram que o tema é abordado apenas ocasionalmente e 25% relataram nunca ter sido contemplados com formações nesse sentido. Esse dado evidencia uma lacuna formativa, comprometendo a capacidade dos docentes de adotar práticas pedagógicas preventivas.

Apesar dos desafios destacados, 75% dos participantes demonstraram acreditar plenamente no potencial das estratégias intersetoriais como solução para o problema da evasão escolar, enquanto 25% acreditam que essas estratégias contribuem parcialmente. Quando questionados sobre as ações mais eficazes no enfrentamento da evasão no período pós-pandêmico, 75% apontaram o acompanhamento intersetorial como principal medida, seguido pelo fortalecimento do apoio pedagógico (25%). Esses dados reforçam a importância de ações articuladas entre escola, família e instituições públicas para promover a permanência escolar.

A vulnerabilidade socioeconômica também foi reconhecida como fator determinante para a evasão escolar por 75% dos docentes, o que evidencia a urgência de políticas públicas que assegurem condições mínimas para a permanência dos alunos na escola, como programas de assistência financeira, transporte escolar e alimentação de qualidade.

Diante desse panorama, torna-se evidente que, apesar dos avanços promovidos pela Busca Ativa Escolar, ainda persistem desafios significativos a serem enfrentados para a redução efetiva da evasão escolar em Aquiraz. A superação dessas dificuldades exige maior articulação entre escola, família e órgãos públicos, além do fortalecimento de políticas que garantam segurança aos profissionais da Busca Ativa, agilidade na identificação dos alunos em risco de abandono e suporte pedagógico adequado aos estudantes reintegrados. A implementação consistente dessas medidas poderá contribuir para que a Busca Ativa Escolar

cumpra plenamente seu papel na promoção do direito à educação e na garantia da permanência escolar.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa corroboram amplamente a literatura acadêmica sobre a evasão escolar, evidenciando a influência de múltiplos fatores que contribuem para o abandono dos estudos. A análise dos dados em Aquiraz demonstra que a evasão escolar está diretamente associada a fatores socioeconômicos, à desmotivação estudantil, à violência urbana, às fragilidades nas políticas educacionais e aos impactos da pandemia de COVID-19. Esses achados dialogam com pesquisas consolidadas, reafirmando a urgência de políticas públicas estruturadas e intersetoriais para mitigar esse fenômeno.

A relação entre baixa renda e evasão escolar configura-se como um dos pontos centrais identificados na pesquisa, reforçando os achados de Barro (2001), que aponta a pobreza como fator determinante para o abandono escolar. Em Aquiraz, muitos alunos abandonam os estudos para ingressar precocemente no mercado de trabalho, contribuindo para a subsistência familiar. Essa realidade é igualmente destacada por estudos do UNICEF (2017) e de Oliveira & Nóbrega (2023), que enfatizam a vulnerabilidade socioeconômica como um dos principais vetores de exclusão educacional. Tal constatação sugere que programas de assistência financeira e de ampliação da jornada escolar, como o Bolsa Família e o ensino integral, podem exercer papel decisivo na retenção desses estudantes.

Outro aspecto relevante é o desinteresse pelos estudos, identificado como uma das causas mais recorrentes da evasão escolar em Aquiraz. Essa condição pode estar relacionada à ausência de metodologias pedagógicas inovadoras e contextualizadas, conforme argumenta Menezes (2010). A desconexão entre os conteúdos escolares e a realidade dos alunos, aliada a dificuldades de aprendizagem e ao déficit de acompanhamento pedagógico, pode gerar um ambiente pouco estimulante, favorecendo o afastamento gradual dos estudantes.

Adicionalmente, a insegurança territorial foi apontada como um dos principais entraves à atuação do programa Busca Ativa Escolar. Relatos indicam que a violência urbana e o domínio de facções criminosas em determinadas regiões do município dificultam o trabalho das equipes responsáveis pela identificação e reintegração de estudantes evadidos. Esse panorama converge com as reflexões de Barro (2001), que destaca a violência e a instabilidade social como barreiras ao acesso e à permanência educacional. Tal realidade evidencia a necessidade de fortalecer a articulação intersetorial entre educação, assistência

social e segurança pública, de modo a garantir condições seguras para a atuação dos profissionais da Busca Ativa Escolar.

Os efeitos da pandemia de COVID-19 também contribuíram para o agravamento da evasão, como já alertavam Silva e Almeida (2022). No município de Aquiraz, a suspensão das aulas presenciais e a exclusão digital impuseram desafios adicionais ao processo de ensino-aprendizagem, culminando no aumento expressivo das taxas de abandono. A ausência de acesso à internet e a equipamentos tecnológicos em muitas residências dificultou a continuidade do vínculo com a escola, comprometendo o retorno às atividades presenciais. Conforme argumentam Dias e Ramos (2022), a crise educacional acentuada pela pandemia requer políticas urgentes e direcionadas à reinserção e ao acompanhamento dos estudantes impactados pelo ensino remoto emergencial.

Os dados documentais extraídos das plataformas Busca Ativa Escolar, Censo de Frequência Escolar, sistema e-SAGE e Educacenso indicam que os alunos dos 8º e 9º anos do ensino fundamental são os mais vulneráveis à evasão. Essa constatação está em consonância com os relatos de gestores educacionais e professores entrevistados, que identificam a transição para o ensino médio como um período crítico para a permanência escolar. Tais evidências apontam para a necessidade de políticas públicas específicas voltadas a esse ciclo, incluindo programas de reforço, suporte psicológico e expansão do tempo escolar como estratégias para reduzir a evasão e garantir a continuidade dos estudos.

A análise dos dados apresentados em dois gráficos referentes ao município de Aquiraz, nos anos de 2023 e 2024, permite uma reflexão aprofundada sobre os principais fatores associados ao abandono escolar e às faltas recorrentes. O primeiro gráfico, baseado no Censo de Frequência Escolar de 2024, indica que o maior número de ausências registradas entre fevereiro e novembro decorre de doenças ou problemas físicos, totalizando cerca de novecentas ocorrências. Esse dado revela o peso crescente das questões de saúde sobre a frequência escolar, consolidando-se como o principal motivo de faltas nesse período. Outros fatores que também merecem destaque são a ausência de acompanhamento familiar, a negligência por parte dos responsáveis e o desinteresse ou desmotivação pelos estudos, todos com mais de duzentos registros. Ainda que em menor número, os casos de abandono, transtornos psicológicos e ausências sem justificativa oficial também revelam a fragilidade dos vínculos escolares.

O segundo gráfico, referente a dados da Busca Ativa Escolar (possivelmente de 2023), evidencia o desinteresse pelos estudos como o principal motivo de abandono, com cerca de duzentas ocorrências, seguido pela mudança de domicílio e pelo desinteresse pela

escola. As doenças, predominantes nas faltas de 2024, aparecem com menor peso entre os fatores de abandono. Essa distinção revela que, enquanto muitas faltas decorrentes de questões de saúde podem ser temporárias, os casos de abandono estão mais relacionados a fatores motivacionais, estruturais e sociais que impactam a permanência escolar de forma contínua.

A comparação entre os dois anos analisados evidencia mudanças significativas nos fatores que afetam a frequência e a permanência dos estudantes. Em 2023, predominavam causas como desinteresse e mobilidade geográfica; em 2024, os aspectos ligados à saúde física passaram a ter maior representatividade. Apesar dessa mudança de perfil, o desinteresse permanece como um fator constante e preocupante, reforçando a urgência de estratégias pedagógicas e intersetoriais que promovam o vínculo dos estudantes com o ambiente escolar.

Por fim, a análise territorial dos dados coletados em três escolas municipais evidencia como a localização geográfica influencia diretamente os índices de desinteresse, faltas e abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental. Ao se considerar os contextos rural e urbano, observa-se que as condições estruturais e sociais diferem substancialmente, impactando de forma desigual a permanência dos estudantes. Esses achados reiteram a importância de políticas educacionais territorializadas e sensíveis às especificidades locais, de modo a garantir o direito à educação de forma equitativa e efetiva.

Essas evidências demonstram que as causas da evasão e do abandono escolar não podem ser analisadas de forma isolada, exigindo uma abordagem integrada que leve em consideração as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelos estudantes. A atuação articulada entre as políticas públicas de educação, saúde, assistência social e outras áreas afins é essencial para a identificação precoce dos fatores de risco, a promoção de intervenções eficazes e a garantia do direito à educação com permanência, aprendizagem e inclusão. Nesse contexto, os dados analisados reforçam a relevância da Busca Ativa Escolar como estratégia de monitoramento e enfrentamento da evasão, sobretudo em realidades marcadas por desigualdades e fragilidades institucionais.

Diante desse cenário, torna-se evidente que medidas eficazes precisam ser implementadas para reverter a tendência de evasão escolar em Aquiraz. A reformulação das práticas pedagógicas, com ênfase em metodologias mais dinâmicas e conectadas à realidade dos alunos, pode representar um caminho promissor para combater o desinteresse e fomentar o engajamento escolar. Conforme argumenta Gatti (2010), é fundamental que a escola desenvolva estratégias para estimular a participação ativa dos estudantes, promovendo um ensino mais interativo, contextualizado e condizente com as exigências do século XXI.

Além disso, o fortalecimento do acompanhamento socioemocional nas escolas desponta como estratégia indispensável. A implementação efetiva da Lei nº 13.935/2019, que prevê a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de ensino, é crucial para garantir o suporte emocional e social necessário aos estudantes em situação de vulnerabilidade, prevenindo o abandono escolar e promovendo maior estabilidade nas trajetórias educacionais.

Programas de incentivo, como bolsas de estudo, projetos de formação profissional e parcerias com instituições do terceiro setor, também podem contribuir significativamente para que os alunos vislumbrem possibilidades concretas de mobilidade social por meio da educação. Tais ações, conforme sugerido por Abramovay (2003), fortalecem o vínculo entre os estudantes e a escola, ao oferecer perspectivas de futuro mais promissoras.

Outro aspecto que merece destaque é a necessidade de aprimorar os mecanismos de monitoramento da frequência escolar. Os dados da Busca Ativa Escolar indicam que, em muitos casos, as ações de resgate são iniciadas tardiamente, quando os estudantes já acumulam ausências prolongadas, o que reduz substancialmente as chances de reintegração. Nesse sentido, a implantação de um sistema de alerta precoce é essencial, permitindo que a escola identifique sinais de risco e intervenha de forma mais eficiente.

A aproximação entre escola, família e comunidade também se configura como elemento determinante para a permanência escolar. Como aponta Dayrell (2007), é necessário que a escola amplie sua atuação para além dos seus limites físicos, promovendo parcerias efetivas com as famílias e incentivando a participação ativa da comunidade escolar. Essa integração fortalece a corresponsabilidade pela formação dos estudantes, contribuindo para a construção de um ambiente mais acolhedor e favorável ao aprendizado.

Assim, os dados da pesquisa revelam que a evasão escolar em Aquiraz não é um fenômeno pontual, mas o resultado de uma complexa rede de fatores estruturais, sociais e econômicos. O enfrentamento dessa problemática exige intervenções coordenadas e intersetoriais. A articulação entre os setores da educação, assistência social, saúde e segurança pública, associada a práticas pedagógicas inovadoras e ao fortalecimento da Busca Ativa Escolar, constitui um conjunto estratégico fundamental para garantir a permanência dos estudantes e o cumprimento do direito constitucional à educação.

O cruzamento dos dados provenientes de diferentes sistemas de monitoramento educacional permitiu identificar padrões de evasão, compreender os fatores associados ao abandono escolar e avaliar a eficácia das estratégias já adotadas. Dessa forma, a pesquisa não apenas evidenciou os desafios enfrentados pelo município de Aquiraz, mas também forneceu

subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes, fundamentadas em ações preventivas e em uma abordagem intersetorial comprometida com a equidade educacional.

Do ponto de vista metodológico, algumas limitações da pesquisa devem ser reconhecidas. O recorte temporal (2023–2024), a amostragem restrita a três escolas e a dependência de dados institucionais impõem restrições quanto à generalização dos resultados. No entanto, a triangulação entre dados documentais, gráficos e entrevistas conferiu robustez às interpretações realizadas, apontando caminhos relevantes para investigações futuras.

Entre as principais contribuições práticas deste estudo, destacam-se: (1) a proposição de estratégias integradas de enfrentamento da evasão escolar; (2) a valorização da intersetorialidade como eixo das ações preventivas; (3) o fortalecimento do protagonismo estudantil e da escuta ativa; (4) o aprimoramento dos sistemas de monitoramento e de alerta precoce; e (5) a incorporação das especificidades territoriais no planejamento e na implementação das políticas públicas educacionais.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre municípios com diferentes perfis socioeconômicos e estruturas de gestão educacional, bem como o desenvolvimento de análises longitudinais que avaliem o impacto das ações intersetoriais e da presença de equipes multiprofissionais no enfrentamento da evasão escolar.

Em síntese, a evasão escolar em Aquiraz resulta de uma teia complexa de fatores inter-relacionados. Superar esse desafio exige ações integradas, baseadas em evidências empíricas e sustentadas por um compromisso ético com o direito à educação e a justiça social. A Busca Ativa Escolar, quando articulada a políticas públicas efetivas e ao engajamento comunitário, pode se consolidar como uma poderosa ferramenta de transformação da realidade educacional do município.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desta pesquisa revelou a complexidade dos fatores que interferem na evasão e no abandono escolar no município de Aquiraz, sobretudo no período pós-pandêmico, quando se intensificaram as condições socioeconômicas, emocionais, estruturais e territoriais que contribuem para o afastamento dos estudantes da escola. Ao longo do trabalho, partiu-se de uma revisão teórica sobre evasão escolar, abandono e o papel da intersetorialidade na superação desses desafios, discutindo-se também a trajetória histórica e metodológica do programa Busca Ativa Escolar. Esse embasamento teórico permitiu compreender as múltiplas dimensões envolvidas na problemática, desde a legislação — com destaque para a Lei nº 13.935/2019 — até estudos de caso exitosos em outros contextos.

Para responder à problemática central — em que medida a intersetorialidade pode colaborar no combate às causas e efeitos dos problemas ampliados durante e após a pandemia da COVID-19 —, adotou-se uma abordagem metodológica mista. Foram realizadas análises documental e bibliográfica, com base em fontes como SciELO, Google Acadêmico, INEP e relatórios do UNICEF, além de uma pesquisa de campo com aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas a professores, um operador do programa e gestores da Secretaria de Educação de Aquiraz. Essa estratégia metodológica possibilitou o cruzamento de dados quantitativos (sobre índices de evasão, frequência e desmotivação escolar) com informações qualitativas advindas da percepção de profissionais da rede de ensino fundamental.

A questão central foi respondida a partir dos resultados que evidenciam a atuação intersetorial — envolvendo educação, saúde, assistência social, psicologia e serviço social — como uma ferramenta estratégica para prevenir e mitigar o abandono escolar. De forma específica, constatou-se que dificuldades socioeconômicas, problemas de saúde mental e a violência em determinados territórios são fatores recorrentes que contribuem para a evasão. Nesse cenário, apenas um esforço coletivo e articulado entre diferentes setores pode oferecer suporte ampliado aos estudantes e suas famílias, aumentando as chances de permanência escolar. Em Aquiraz, embora a plataforma da Busca Ativa Escolar esteja em funcionamento, a formalização plena do trabalho intersetorial previsto na Lei nº 13.935/2019 ainda não se concretizou, limitando o impacto das ações em curso.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa — conhecer a relevância da intersetorialidade no enfrentamento da evasão e do abandono escolar no ensino fundamental no período pós-pandêmico — foi alcançado ao demonstrar que a articulação entre profissionais da educação, psicologia, assistência social e saúde fortalece o suporte ao

estudante e influencia positivamente sua permanência escolar. Os resultados obtidos confirmam que, nas três escolas selecionadas como amostra, os estudantes em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica, desmotivação ou comprometimento emocional são justamente aqueles nos quais equipes interdisciplinares teriam maior potencial de intervenção por meio de visitas domiciliares, atendimentos psicossociais e encaminhamentos para serviços especializados.

Embora se tenha constatado avanços, especialmente na coleta de dados por meio da Busca Ativa Escolar e em ações pontuais de reintegração, persistem desafios importantes. A insegurança em algumas localidades inviabiliza visitas domiciliares; a comunicação ineficaz entre escolas e equipes da Busca Ativa retarda ações preventivas; o desinteresse e a desmotivação de muitos estudantes foram agravados pela defasagem de aprendizagem decorrente da pandemia; há sobrecarga de trabalho nos setores de saúde e assistência social, o que compromete o fluxo contínuo das ações intersetoriais; e existem limitações orçamentárias e de contratação de psicólogos e assistentes sociais, dificultando a implementação integral da Lei nº 13.935/2019.

As condições para a realização da pesquisa incluíram facilidades, como a disponibilidade de dados oficiais (Busca Ativa Escolar, e-SAGE, INEP) e a participação de docentes experientes, mas também entraves, como o acesso restrito à plataforma da Busca Ativa (reformulada em 2023). Ainda assim, a triangulação das fontes contribuiu para a consistência e a validade das conclusões.

Como desdobramentos e propostas para investigações futuras, recomenda-se aprofundar o estudo da dimensão socioemocional dos estudantes, especialmente no que diz respeito aos impactos das intervenções realizadas por psicólogos e assistentes sociais no ambiente escolar; avaliar estratégias de formação continuada para docentes voltadas à prevenção da evasão, ao acolhimento socioemocional e à implementação de práticas pedagógicas inovadoras; além de investigar o papel da tecnologia e da comunicação digital na manutenção do vínculo entre escola e família, considerando sua potencialidade no engajamento dos estudantes em contextos híbridos, quando necessário.

Em síntese, este estudo evidenciou que a evasão e o abandono escolar constituem problemas multifacetados, que exigem respostas integradas, estruturadas e persistentes por parte das políticas públicas. A Busca Ativa Escolar, quando articulada com a intersetorialidade, apresenta-se como uma estratégia promissora, desde que haja o efetivo engajamento de todos os agentes envolvidos — professores, famílias, gestores, profissionais da saúde e da assistência social — para assegurar o direito à educação. No contexto de

Aquiraz, o cenário analisado revelou tanto avanços quanto lacunas que podem ser enfrentadas com o fortalecimento das redes de proteção social e educacional, bem como pela adoção de iniciativas inovadoras que garantam uma educação mais inclusiva e equitativa, em consonância com os princípios constitucionais e com o compromisso com o desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ALMEIDA, A. A.; SANTOS, A. S. **Reestruturação da gestão educacional frente à pandemia de COVID-19**. Universidade Federal da Bahia, 2022.

ALMEIDA, L. S. **Família – escola: a importância dessa relação para o processo de aprendizagem**. Universidade São Francisco, 2021.

AZEVEDO NETO, José Macena de. **Busca ativa escolar e o caso do RN**. 2023. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) - Instituto de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

ANDERSON, M. Gestão escolar digital: tecnologias e inovações para o monitoramento educacional. **Revista Brasileira de Gestão Educacional**, v. 3, n. 2, p. 78-95, 2017.

AMARAL, A. D. **Busca ativa e garantia de direitos: o papel do Cadastro Único no Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

ANDRADE, F. R. B. A busca ativa como estratégia de combate à exclusão escolar: reflexões a partir da experiência de Fortaleza. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 25, n. 2, p. 20-49, 2020.

ANDRADE, F. R. B. Políticas intersetoriais no pós-pandemia: desafios e possibilidades. **Revista de Educação e Gestão**, v. 12, n. 1, 2023.

BARBOSA, Cláudio. **Desinteresse pela escola: análise dos principais motivos que levam à desmotivação**. 2015. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Coordenação Pedagógica) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 7. ed. São Paulo, 2016.

BYRNES, R. B. V. **The importance of being there: A report on absenteeism in the nation's public schools**. Disponível em: https://new.every1graduates.org/wp-content/uploads/2012/05/FINALChronicAbsenteeismReport_May16.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. **Plano Brasil Sem Miséria: Redução da pobreza e inclusão social**. Brasília: Governo Federal, 2011.

BRASIL. **Diretoria de Inteligência Penitenciária**. Brasília: Governo Federal, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 240, p. 7, 12 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de custos educacionais e impactos socioeconômicos do abandono escolar**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BUSCA ATIVA ESCOLAR. **Guia para importação dos dados do Censo Escolar (Educacenso) para a plataforma**. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/downloads/guias-e-manuais/manual-educacenso.pdf>. Acesso em: 04/11/2024.

CARVALHO, A. A.; LIMA, F. A. O impacto da pandemia na educação: desigualdades e desafios no ensino remoto. **Revista Brasileira de Políticas Educacionais**, v. 5, p. 89-110, 2021.

CARVALHO, R. S. **Busca Ativa Escolar e a exclusão digital**. UNICEF, 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e Contrato Social: **Por uma Nova Perspectiva para a Educação Básica no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DAYRELL, J.. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, 2007.

DANTAS, F. V.; FERREIRA, D. J. A covid-19 e os desafios educacionais. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 5, n. 25, 2024.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, É.; RAMOS, M. N.. A Educação e os impactos da Covid-19 nas aprendizagens escolares. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 117, p. 859–870, 2022.

DOURADO, L. F. A gestão da educação e a construção de políticas públicas intersetoriais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 659–680, 2009.

FERREIRA, P. C.; SILVA, J. F. **Regime de colaboração e intersetorialidade na Busca Ativa Escolar**. Brasil: UNICEF, 2019.

FERREIRA, N. C. Plano Nacional de Educação: avanços e desafios. **Revista Educação e Políticas Públicas**, Minas Gerais, v. 3, n. 1, p. 12–29, 2014.

FERNANDES, A. L. Políticas públicas educacionais de inclusão social. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, Porto Velho, v. 5, n. 1, p.50–63, 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, São Paulo, 1996.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Fabiano Rodrigues; MARTÍNEZ, Mirna Susana Viera. A busca ativa como recurso para evitar o abandono e a evasão escolar durante a pandemia da COVID-19. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, Periódicos UFES,. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/36219>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.

LAKATOS, EM e MARCONI, MA. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, M. T.; SOUZA, D. P. Saúde mental e abandono escolar: o desafio da permanência. **Revista Educação & Contemporaneidade**, Bahia, v. 11, p. 75–90, 2022.

LIMA, R. C. Busca ativa e evasão escolar: desafios na era da informação. **Cadernos de Políticas Públicas**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 45–61, 2018.

MÁXIMO, E. M. R.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. G. A Busca Ativa / Monitoramento da frequência diária do estudante em escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza, iniciativa para garantia de permanência dos alunos na escola como política pública. **Inovação & Tecnologia Social**, Ceará, v. 4, n. 9, p. 168–191, 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MACHADO, Luciane Beiro de Souza. Administração Pública Municipal no Oeste Catarinense: uma Análise de Indicadores Político-Institucionais. **Revista Cadernos de Economia**, Santa Catarina, v. 25, n. 41, 2021.

MURRAY, J. Longitudinal research on the correlates of education abandonment and criminal behavior. **Journal of Educational Research**, Philadelphia, v. 102, n. 5, p. 361-374, 2009.

MENEZES, A. P. Fatores que influenciam a evasão escolar. **Revista Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 35, n. 2, p. 145–162, 2010.

NOVAIS, Edcleide da Silva Pereira; MENDONÇA, Daélcio Ferreira Campos. Fora da escola não pode! busca ativa escolar na pandemia. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, Espírito Santo, v. 2, n. 10, p. 190–200, 2021.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 719–734, 2021.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; ALVES, Paola Biasoli. **Ensino fundamental: papel do professor, motivação e estimulação no contexto escolar**. São Paulo, v. 15, n. 31, p. 227–238, 2005.

OLIVEIRA, M. A. Políticas sociais e intersetorialidade: um caminho para a permanência escolar. **Revista Educação & Interação**, Goiás, v. 8, n. 2, p. 180–195, 2017.

OLIVEIRA, F. L.; NÓBREGA, L. E. Evasão escolar: um problema que se perpetua. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 19, 2023.

RIBEIRO, A. M.; MOURA, J. L. A exclusão social e sua relação com a evasão escolar. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 211–226, 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Sandra da. **Relação entre pobreza e evasão escolar: um aporte teórico**. 2020. 150 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Faculdade Unina, Curitiba, 2020.

RODRIGUES, G. F. **A busca ativa como recurso para evitar o abandono e a evasão escolar durante a pandemia da Covid-19**. 2020. 180 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão em Educação: Supervisão e Orientação), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2020.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, 2008.

SOARES, C. MACEDO, S. **Integração da gestão pública e escolar para uma educação de qualidade**. Vargem Alegre, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (Especialização em Gestão Pública), 2023. UFMG, campus Vargem Alegre, 2023.

SOARES, S. **Os impactos do benefício do programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza**. Brasília: IPEA, 2012.

SOUZA, M. C.; AMARAL, N. C. A busca ativa escolar como estratégia de enfrentamento à exclusão. **Educação em Revista**, Minas Gerais, v. 34, 2018.

SANTOS, J. S.; LOPES, A. R. Desigualdade social e evasão escolar no Brasil. **Revista Práxis Educacional**, Bahia, v. 14, n. 20, p. 135–154, 2018.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, J. F.; ALMEIDA, M. R. Impactos da pandemia na educação básica: perspectivas intersetoriais. **Revista Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 43, 2022.

SUSANA, M. **Rumos da formação de professores além da fronteira**: identidades e diferenças. 2008. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNDIME. **Relatório sobre a implementação da Busca Ativa Escolar e desafios nos municípios**. Brasília: UNDIME, 2021.

UNICEF. **Busca Ativa Escolar**: Entenda a metodologia social e a ferramenta tecnológica para a garantia do direito à educação. Brasília: UNICEF Brasil, 2020.

WANDERCIL, M. et al. Abandono e evasão escolar: emergência da busca ativa como política pública de educação pós-pandemia. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 29, 6 dez. 2024.

WANDERLEY, F. J.; MARTINELLI, M. Intersetorialidade e educação pública: conexões e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. 1–20, 2020.

WANG, F.; CHEN, X. Technology and engagement in online learning: a review. **International Journal of Education and Development**, v. 14, p. 55–72, 2019.

APÊNDICE A – PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1. Qual disciplina ministra? () Matemática () Ciências

2. Quais fatores você considera mais relevantes para a evasão escolar no município de Aquiraz?
() Dificuldades de aprendizagem
() Desmotivação dos alunos
() Falta de apoio familiar
() Vulnerabilidade socioeconômica
() Questões emocionais
() outros

3. Você tem conhecimento sobre o programa Busca Ativa Escolar?
() Sim
() Não

4. Na sua percepção, as ações da Busca Ativa Escolar têm contribuído para reduzir a evasão escolar?
() Muito
() Moderadamente
() Pouco
() Desconheço

5. Como você avalia a interação entre os setores de saúde, assistência social e psicologia no enfrentamento das vulnerabilidades dos alunos?
() Muito boa
() Boa
() Regular
() Ruim
() Muito ruim

6. Após a pandemia, você percebeu um aumento na evasão escolar ou dificuldade de reintegração de alunos?
- ☐ () Sim, houve aumento significativo
 - ☐ () Sim, houve aumento moderado
 - ☐ () Não houve aumento perceptível
 - ☐ () Não sei avaliar
7. Sua formação continuada aborda estratégias de prevenção à evasão escolar?
- ☐ () Sim, frequentemente
 - ☐ () Sim, ocasionalmente
 - ☐ () Não
8. Você acredita que estratégias intersetoriais bem estruturadas podem reduzir a evasão escolar?
- ☐ () Sim, completamente
 - ☐ () Sim, parcialmente
 - ☐ () Não
9. Quais estratégias você acredita que poderia ajudar de forma significativa a prevenção e o combate à evasão escolar no período pós pandemia?
- ☐ () Acompanhamento intersetorial
 - ☐ () Aumento das bolsas e auxílios financeiros.
 - ☐ () Melhoria nas estruturas físicas da escola
 - ☐ () Fortalecimento do apoio pedagógico
 - ☐ () Outros
10. As condições socioeconômicas dos estudantes são uma causa frequente de evasão?
- ☐ () Sim, muito frequentemente
 - ☐ () Sim, mas apenas em alguns casos
 - ☐ () Não, relatado é um fator relevante
 - ☐ () Não tenho uma opinião formada

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA PARA GESTORES EDUCACIONAIS

1. Você acredita que estratégias intersetoriais bem estruturadas podem reduzir a evasão escolar?
2. Como os setores de saúde, educação e assistência social se articulam no município para prevenção e combate à evasão escolar?
3. Existem barreiras que dificultam a adesão integral com relação à intersetorialidade à Busca Ativa Escolar em Aquiraz?
4. Na formação continuada dos professores é abordada estratégias de prevenção à evasão escolar?
5. Em sua opinião a falta de atuação intersetorial impacta a identificação de alunos em risco de evasão escolar?
6. Quais estratégias poderiam fortalecer a atuação intersetorial no município?
7. De que forma as condições socioeconômicas locais influenciam a evasão escolar?
8. A que se atribui a responsabilidade dos resultados alcançados da busca ativa escolar no período pós pandêmico no município de Aquiraz?
9. A adesão total à legislação que ampara a Busca Ativa Escolar é uma prioridade para o município ?
10. Até que ponto a gestão educacional contribui para o combate à evasão escolar ?

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO DE DADOS

SOLICITAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS EDUCACIONAIS PARA PESQUISA ACADÊMICA

Aretuza Bittencourt Ferreira

Mestranda em Avaliações de Políticas Públicas (UFC)

08 / 09 / 2024

À Secretaria da Educação de Aquiraz.

Prezado Secretário da Educação, Alexandre Sousa Alves.

Eu, Aretuza Bittencourt Ferreira, de CPF 414771703-91

mestranda do Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, venho formalmente solicitar o acesso à plataforma E-SAGE e aos dados da plataforma Busca Ativa Escolar, mantidos por essa Secretaria de Educação, como fonte de informações fundamentais para a realização da pesquisa científica.

Pretende-se utilizar os dados coletados para desenvolvimento de um estudo acerca das políticas públicas de educação, com foco específico na análise no abandono e evasão e impacto da plataforma E-SAGE no acompanhamento e monitoramento da evasão escolar no município de Aquiraz. Além disso, ressalto que todos os dados serão tratados com a devida confidencialidade, seguindo as normas éticas e legais aplicáveis à pesquisa científica. Dessa forma, solicito, gentilmente, a disponibilização de acesso à plataforma.

Desde já, agradeço pela atenção dispensada e me coloco à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Aretuza Bittencourt Ferreira
Mestranda em Programa de
Pós-graduação Em Avaliação de Políticas
Universidade Federal do Ceará

Alexandre Sousa Alves
Secretário da Educação
Município de Aquiraz